

A JUSTA LUTA DOS POSSEIROS DO PARANÁ

OS RECENTES acontecimentos do oeste do Paraná trouxeram à ordem do dia o problema específico dos posseiros e chamaram a atenção, com mais força, para o problema básico da necessidade de uma reforma profunda e geral na estrutura agrária do país, que amplie o seu mercado interno e liberte plenamente as suas forças produtivas

A LUTA dos posseiros pelo direito de cultivar a terra é uma das lutas de caráter mais progressista, entre as que se travam atualmente em nosso país. Os posseiros são camponeses, geralmente vítimas do latifúndio semifeudal, que desbravaram terras virgens, geralmente devolutas, valorizam-nas com o próprio trabalho e ali estruturaram uma economia agrária a salvo dos entraves feudais, tendo como ponto de partida a pequena e a média propriedade de tipo genuinamente camponês. É impossível negar o caráter progressista do fenômeno dos posseiros, que embora em escala bastante limitada, em áreas ainda restritas, vêm abrindo o caminho para novas relações de produção no campo.

O NORTE e o oeste do Paraná muito devem do seu progresso à atividade dos posseiros, que para ali têm afluido de numerosos pontos do país. Entretanto, contra os posseiros do Paraná, desde há muitos anos, vêm se lançando as forças retrógradas de latifundiários e especuladores parasitários, que utilizam a violência e o terror, sob a proteção das autoridades do governo e da justiça. Por diversas vezes, os posseiros têm reagido de armas na mão, em sua defesa mais do que legítima, como ocorreu em Porcatú, em 1950, e agora em Santo Antônio, Capanema e outros Municípios. Neste último caso, o que ressalta é a extraordinária extensão do movimento de massas camponesas, é a sua amplitude e a sua admirável energia.

O DIREITO dos posseiros do oeste do Paraná é líquido e foi publicamente reconhecido por órgãos federais, como o Conselho de Segurança Nacional e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que declararam ilegal a atividade das companhias colonizadoras. As contradições entre os partidos das classes dominantes levaram a que consideráveis setores desses partidos tomassem posição ao lado dos posseiros, o que se verificou também com alguns jornais da grande imprensa. As reações registradas em certas esferas dos partidos e do próprio governo mostram o quanto já é hoje difícil advogar a causa dos grileiros. A vida econômica, por um lado, e as lutas camponesas, por outro, vêm generalizando a consciência de que o Brasil carece de uma urgente reforma agrária, refletindo-se esse fato em diversas plataformas do movimento nacionalista. Está claro que isto permite dar um amplo apoio político aos posseiros, não só do Paraná, como de outras regiões do país, a exemplo de Formoso, em Goiás, e do Vale do Rio Dóce.

OS EPISÓDIOS sangrentos do oeste do Paraná tornaram flagrante a cumplicidade criminosa do governador Moisés Lupion com a grilagem das chamadas companhias colonizadoras. Apareceu o sr. Lupion como violador da lei e frio articulador do massacre de honra-

dos lavradores, merecendo o indignado repúdio da opinião pública nacional. Também ficou patente a passividade do governo do sr. Juscelino Kubitschek, que, sabedor dos fatos há muito tempo, nenhuma providência efetiva aplicou para proteger os bens e a vida dos camponeses contra os assaltos dos jagunços a serviço dos grileiros protegidos pelo governador Lupion.

É EVIDENTE que, atacados por assassinos profissionais acumpliciados com as autoridades locais, não tiveram os posseiros outro recurso senão o de adotar uma forma de luta, como a defesa armada. A luta dos posseiros do Paraná é justa e rapidamente provocou manifestações de simpatia e solidariedade de importantes setores da opinião pública do país. Isto permite organizar nacionalmente uma ativa solidariedade aos posseiros, abrangendo os nacionalistas, os democratas, os homens de espírito progressista, os defensores da legalidade constitucional e todos os círculos partidários, que se pronunciaram contra os crimes de companhias colonizadoras reconhecidamente ilegais. Deve ser assegurado o direito dos posseiros de permanecer nas terras, que cultivam, e os crimes dos jagunços e dos seus mandatários precisam ser rigorosamente punidos.

NA SOLIDARIEDADE aos posseiros é a classe operária a maior interessada. A classe operária é o aliado mais conseqüente dos camponeses. Operários e camponeses constituem as forças motrizes mais poderosas e firmes das transformações democráticas e progressistas de que necessita, na presente etapa, a sociedade brasileira. Sendo trabalhadores explorados e oprimidos, os operários e os camponeses lutam por objetivos comuns, que interessam também às demais camadas do povo brasileiro. Manifestando a sua mais viva solidariedade aos posseiros do Paraná, contribuirá o proletariado para forjar a aliança operário-camponesa, que deve ser a base sólida de todos os movimentos de massa por um curso independente, progressista e democrático para a nossa Pátria. Esta solidariedade não pode deixar de ser urgente, empolgando as massas nas fábricas e as mais diversas organizações com que conta o proletariado.

OS COMUNISTAS, combatentes de vanguarda do proletariado, são os pioneiros da luta por uma reforma radical da arcaica estrutura agrária existente que é a causa profunda dos crimes contra os posseiros. Os comunistas são a força política que, de modo mais conseqüente, vem levantando, ao mesmo tempo, a bandeira dos direitos mais elementares e imediatos de milhões de camponeses. Os comunistas se batem pela solução imediata do problema dos posseiros, no Paraná e em outros pontos do país, no sentido da garantia legal do seu direito de cultivar a terra, que desbravaram à custa de sacrifícios. A solução imediata do problema dos posseiros pode ser concretizada com o apoio de amplas forças políticas, que ganham consciência da sua necessidade. Esta solução, uma vez alcançada, abrirá caminho a outras medidas de reforma agrária, que interessam vitalmente a milhões de camponeses e ao progresso de todo o povo brasileiro.

VOZ OPERÁRIA

N.º 435 ☆ Rio de Janeiro, 5 de Outubro de 1957



CENTENAS DE POSSEIROS DO SUL OESTE DO PARANÁ EMPUNHAM ARMAS PARA A SUA LEGÍTIMA DEFESA CONTRA OS ASSALTOS DOS GRILEIROS, QUE, ATRAVÉS DA CIT LA, QUEREM SE APODERAR DAS TERRAS DESBRAVADAS PELOS CAMPONESES — OS POSSEIROS DO PARANÁ CONTAM COM A SOLIDARIEDADE DE TODO O POVO BRASILEIRO (VER REPORTAGEM NA 12.ª PÁGINA)

- ☆ NOVAS FRENTE DE LUTA PARA O MOVIMENTO NACIONALISTA -- (VEJA A PÁGINA CENTRAL)
- ☆ CONVENÇÃO DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (Texto na 3.ª pág.)
- ☆ A GRANDE REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E O OPORTUNISMO DA II INTERNACIONAL — JOÃO AMAZONAS (VEJA NA 4.ª PÁGINA)
- ☆ A POLÔNIA JAMAIS SE AFASTARÁ DA JUSTA ESTRADA DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO -- W. GOMULKA (Texto na 5.ª página)

Prossegue nos Estados Unidos a Luta Da População Negra Por Seus Direitos

A intervenção das forças legais no estado de Arkansas para impor o respeito às decisões judiciais sobre a integração racial nas escolas constituiu sem dúvida uma vitória dos setores mais esclarecidos da opinião pública norte-americana, e em primeiro lugar, das combativas

massas de trabalhadores negros, que há vários anos lutam com firmeza e perseverança em defesa dos seus direitos. A tendência geral da evolução da situação internacional, caracterizada pela desagregação do sistema colonial do imperialismo, com o ascenso dos povos secularmente oprimidos da Ásia e da África, influiu também poderosamente. Isso ficou claro nas declarações de Eisenhower sobre o desprestígio causado aos Estados Unidos ante a opinião pública mundial pelas manifestações racistas de Little Rock.

A integração racial nas escolas dos estados do sul vem sendo objeto, nos últimos tempos, de uma série de decisões da Corte Suprema dos Estados Unidos, em cumprimento à Constituição Federal, que concede aos negros, pelo menos teoricamente, os mesmos direitos que aos brancos. Esse dispositivo nunca passou do papel, nos estados do sul, onde os negros são até hoje, na prática, impedidos de exercerem a plenitude dos seus direitos eleitorais, e submetidos a um odioso sistema de discriminações. A integração racial nas escolas, isto é, o direito aos estudantes negros de frequentarem as escolas públicas, anteriormente reservadas exclusivamente aos brancos, tornou-se, assim objetivo imediato da luta da população negra por seus direitos, primeiro passo para a supressão das demais discriminações.

A despeito dessas decisões judiciais, a integração racial de grandes resistências, e mesmo de atos de terrorismo contra a população negra. Na maioria dos casos tem sido apenas simbólica: meia dúzia de estudantes negros para centenas ou milhares de brancos.

A própria revista norte-americana «Visão» informa

que, dos 2.500.000 alunos negros, somente 350.000 foram matriculados em escolas mistas e que, no ritmo atual, a integração completa levará um século.

A escola pública de Little Rock decidiu realizar uma integração simbólica como «primeira etapa» da integração racial, admitir no corrente ano apenas 9 estudantes negros. A isso se opôs o governador do Arkansas, estimulado por seu colega da Geórgia. Algumas centenas de adeptos de Ku Klux Klan, e de «lumpen» provenientes das massas atrasadas de brancos empobrecidos, envolvidos pelo fanatismo racista propagado pelos restos das antigas oligarquias feudais, constituíram a «cobertura de massas» do governador. No entanto, com a intervenção das tropas federais, os nove alunos negros foram matriculados, e cordialmente recebidos pela maioria dos seus colegas.

Os governadores dos estados do sul não se conformaram, e designaram cinco dentre eles para uma conferência com Eisenhower. Entre outras cousas, acusam o presidente de procurar, com sua decisão, obter os votos dos negros para o Partido Republicano. Ao mesmo tempo novos atos de terrorismo são cometidos em outros pontos do país, inclusive o incêndio de uma universidade particular mantida pelos negros. A integração racial provoca assim nos Estados Unidos uma grave crise política, que põe mais uma vez a nu os aspectos mais repulsivos do «sistema de vida norte-americano» — a discriminação racial.

Desarmamento - a Situação Atual do Problema

NO MOMENTO em que se reiniciam, na Assembléa Geral da ONU, os debates sobre o problema do desarmamento, é útil resumir o estado da questão por ocasião do encerramento dos trabalhos da sub-comissão reunida em Londres, e composta de quatro potências ocidentais — Estados Unidos, França, Inglaterra e Canadá —, e da União Soviética. As discussões na Assembléa Geral da ONU iniciaram-se com diversas propostas de resolução sobre a cessação imediata das experiências com armas nucleares e sobre o desarmamento, feitas pela União Soviética e pela Índia. Simultaneamente foram abertos os trabalhos da Comissão de Desarmamento criada pela Assembléa Geral há vários anos, e que havia sido provisoriamente substituída pela sub-comissão de Londres.

Transcrevemos a seguir um quadro comparativo das propostas das potências ocidentais e da União Soviética, sobre os diferentes aspectos do desarmamento. Esse quadro foi extraído de dados no número de 15 de setembro do Boletim do Conselho Mundial da Paz.

I — PROPOSTAS DAS POTÊNCIAS OCIDENTAIS

— EXPERIÊNCIAS COM ARMAS NUCLEARES — Interdição das experiências durante doze meses (mais uma prorrogação de outros doze meses, se todas as partes estiverem satisfeitas com o sistema de controle estabelecido). Esta interdição das experiências deve fazer parte de um conjunto de medidas, compreendendo todas as outras propostas ocidentais, particularmente a inspeção aérea. Portanto, ou tudo, ou nada. Não é aceita a interdição imediata e sem condições das explosões experimentais.

— ARMAS NUCLEARES — Devem ser conservadas, mas unicamente para «auto-defesa individual ou coletiva».

— MATERIAIS FISSEIS — Cessação imediata da produção de materiais fisséis para fins militares, com a organização de um sistema de controle apropriado.

— REDUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS — Redução dos efetivos das forças armadas da União Soviética e dos Estados Unidos a 2.500.000 homens cada um. Redução a 750.000 homens para a França e a Inglaterra. A segunda e a terceira etapa, que reduziriam os efetivos dos «dois grandes» a 2.100.000 e, em seguida, a 1.700.000, e os das duas outras potências a 700.000, e depois a 650.000, deverão depender: a) de novas negociações; b) de progressos na solução de problemas políticos, como o da Alemanha; c) da adesão de outros países.

— ORÇAMENTOS MILITARES — Devem ser fornecidas informações ao organismo internacional de controle, mas nenhuma redução é proposta.

— CONTRÔLE — Contrôles no solo, de todas as medidas. Inspeção aérea, justificada sobretudo como destinada a prevenir um ataque de surpresa.

II — PROPOSTAS DA UNIÃO SOVIÉTICA

— EXPERIÊNCIAS COM ARMAS NUCLEARES — Interdição imediata das experiências, por um período de dois ou três anos, para começar, estabelecendo-se postos de controle (detecção das experiências) na União Soviética, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Pacífico. Essa interdição das explosões experimentais deve ser aceita sem ser ligada a outras medidas, sobre as quais um acordo é mais difícil.

— ARMAS NUCLEARES — Que todas as potências que possuem armas nucleares se comprometam a renunciar à sua utilização.

— MATERIAIS FISSEIS — Cessação imediata da produção de materiais fisséis para fins militares, desde que acompanhada da proibição da utilização de armas nucleares. Ao mesmo tempo em que cesse a constituição de estoques de armas nucleares, devem estas ser eliminadas do equipamento das forças armadas nacionais.

— REDUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS — Reduzir primeiramente os efetivos das forças armadas da União Soviética e dos Estados Unidos a 2.500.000 homens cada um, e depois limitá-las a 1 milhão ou 1 milhão e meio, sem condições. Para a França e a Inglaterra, redução inicial a 750.000, e depois a 650.000. O acordo sobre a redução na primeira etapa deverá também estabelecer as reduções posteriores.

Além disso: supressão das bases militares em território estrangeiro. Redução das forças militares estacionadas na Alemanha, nos países da OTAN e nos países do tratado de Varsóvia.

— ORÇAMENTOS MILITARES — Redução de 15%, podendo no entanto ser essa porcentagem de redução ser objeto de negociações especiais.

— CONTRÔLE — Contrôles no solo de todas as medidas necessárias. Inspeção aérea contra um ataque de surpresa, desde que essa inspeção seja parte de um acordo sobre a redução dos armamentos.

AJUDA ECONÔMICA DA CHINA AO CEILÃO

Foi assinado a 16 de setembro em Pequim, na presença do primeiro ministro Chu En Lai, um acordo comercial de 5 anos — 1958 a 1962, entre a China e Ceilão. Ao mesmo tempo foi assinado um acordo de ajuda econômica ao Ceilão, por parte da China. O embaixador singalês Wilmot Perera, que representava o governo de seu país, disse que acordos desse tipo, fiéis ao espírito de Bandung, estreitam ainda mais as relações das nações afro-asiáticas. «Devemos ser capazes de conjugar os recursos de nossos países para elevar o padrão de vida de seus povos, como um todo».

A ajuda econômica da China ao Ceilão, durante os próximos cinco anos, compreende um empréstimo de 75 milhões de rúpias para reabilitação das plantações de borracha.

O acordo comercial tem como objetivo incrementar as trocas comerciais entre os dois países. Em comunicado conjunto, ambos os governos reafirmam seu apoio aos 5 princípios da coexistência pacífica, e declaram que os acordos assinados fortalecerão a amizade entre a China e Ceilão.

Crônica Internacional

NOVA CRISE GOVERNAMENTAL NA FRANÇA

Quando se derrotado, na votação de uma moção de confiança, o governo francês chefiado por Bourges-Maunoury. O fato constitui mais um episódio da profunda crise política que se arrasta na França há mais de um ano, em consequência da «questão argelina».

Os imperialistas franceses teimam em não levar em conta um fato que constitui um dos característicos mais importantes da época que estamos vivendo: a derrocada do sistema colonial. Os povos árabes vão conquistando de país em país a sua independência política e os imperialistas franceses, fechando os olhos à realidade, pensam que poderão manter a Argélia, indefinidamente, como colônia. Julgaram a princípio que poderiam contornar as reivindicações de libertação nacional do povo argelino com uma ficção jurídica: a Argélia passou a ser definida constitucionalmente como parte integrante do território francês. Essa ficção era no entanto acompanhada de discriminações de todos os tipos, inclusive, nos direitos políticos, contra a parcela árabe da população argelina, que constitui a maioria esmagadora. Não era possível aos imperialistas franceses conceder aos oito milhões de árabes o mesmo direito de voto já garantido aos habitantes de origem francesa, — apenas um milhão. Em consequência, sucessivos projetos de «estatuto para a Argélia» têm sido apresentados, todos eles com o objetivo de, por meio de mais imaginosos artifícios, manter a população árabe na situação real em que se encontra — povo colonial explorado e oprimido pelos grandes proprietários de terras franceses e pelos monopólios industriais franceses.

Adquirindo consciência de seus interesses, e estimulada pela luta de libertação nacional de outros povos, a população árabe da Argélia, apoiada por muitos setores progressistas da própria população de origem francesa, levantou-se de armas nas mãos contra a dominação colonial. A luta patriótica, iniciada há quase dois anos, prossegue sangrenta. O governo de Paris mantém na Argélia um exército de mais de 600.000 homens, equipado com armas modernas, e os recursos da nação se esvaem nessa guerra inglória. A opinião pública mundial coloca-se ao lado do povo argelino, ao mesmo tempo que os setores mais esclarecidos do povo francês, resistindo à campanha chovinista

desenvolvida na imprensa, no rádio, na televisão, protestam e exigem uma solução pacífica. Os imperialistas se desesperam e passam a empregar contra o povo da Argélia métodos terroristas dignos de Hitler. Aldeias inteiras são incendiadas e seus habitantes trucidados, numa repetição de Lidice. Campos de concentração são instalados, não só para os patriotas árabes como para os argelinos de origem francesa que condenam a guerra colonialista.

E' nesse ambiente que Bourges-Maunoury apresenta seu novo projeto, com algumas concessões autonomistas, mas mantendo no fundamental a política colonialista anterior. Os comunistas franceses, que se mantêm honrosamente na primeira linha no combate a essa política, e defendem o direito de auto-determinação do povo argelino, desmascararam mais uma vez as manobras imperialistas. A deputada Marie Vaillant-Couturier levantou corajosamente sua voz contra os atos do exército francês na Argélia, que comparou à ação da Gestapo em Paris durante a ocupação nazista, na última guerra mundial. Os comunistas franceses, ao lado de outras forças políticas, exigem a cessação imediata do fogo e negociações com os dirigentes do movimento de libertação nacional argelino. Deve ser concedida plena independência política à Argélia. Só depois disso a Argélia soberana e a França, numa base de igualdade e vantagens recíprocas, poderão encontrar o caminho para uma efetiva e livre colaboração e intercâmbio. Os direitos justos dos habitantes de origem francesa deverão ser respeitados. A população árabe, em luta por sua independência, saberá fazê-lo, desde que cesse a chacina e que sejam entabuladas negociações para uma solução pacífica.

Bourges-Maunoury, em sua tentativa de solução de compromisso, desagradou aos chovinistas fanáticos da extrema direita, que não admitem a menor concessão à população árabe da Argélia. Suas propostas de «autonomia parcial» não resolvem no entanto o problema, pois mantêm a Argélia como colônia francesa, com sua população oprimida. E além disso Bourges-Maunoury declarou que o seu governo «prossequiria sem desfalecimento na ação militar», quando o primeiro passo para qualquer solução deverá ser a cessação de fogo, e o início das negociações.

Propõe o Governo Rumeno Uma Conferência dos Estados Balcânicos

Por determinação do Conselho de Ministro da República Popular da Rumania, o primeiro-ministro Chivu Stolica dirigiu a 10 de setembro uma mensagem aos chefes dos governos da República Popular da Albânia, da República Popular da Búrgaria, da Grécia, da República Popular Federativa da Iugoslávia, e da Turquia, na qual propõe a realização de uma Conferência dos países balcânicos, «afim de estudar os problemas relativos ao fortalecimento da paz nos Balcãs, da não agressão, da solução por via pacífica de qualquer divergência, do desenvolvimento das relações econômicas e culturais, dos contactos pessoais dos dirigentes dos países balcânicos, de intercâmbio de delegações e visitas recíprocas, da ampliação dos contactos entre representantes da opinião pública». O governo rumeno propõe um entendimento coletivo entre os países dos Balcãs, baseado na plena igualdade de direitos entre os estados participantes, e no respeito recíproco da soberania, afim de estabelecer uma ampla colaboração coletiva dos países da região, e desenvolver a amizade entre seus povos. Esse entendimento não deverá no entanto converter-se em agrupamento oposto a outros

Estados, ou a constituir um obstáculo ao desenvolvimento da amizade com países que dele não façam parte. Poderá, ao contrario, influir de modo considerável para uma colaboração similar em escala europeia e para a criação de um sistema geral de segurança europeia, constituindo importante contribuição para a consolidação da paz mundial e para o alívio da tensão internacional.

A proposta do chefe do governo rumeno já foi calorosamente aprovada pelas Repúblicas Populares da Albânia e da Bulgária, e pela República Popular Federativa da Iugoslávia. Aguardam-se as respostas oficiais da Grécia e da Turquia. Vários setores da opinião pública grega já manifestaram sua simpatia pela iniciativa.

Leia
DA TEORIA MARXISTA DO CONHECIMENTO
De M. Rosental

INTERCAMBIO EM TODOS OS TERRENOS COM OS PAISES SOCIALISTAS



Na foto, as bailarinas Raisa Strutchkova e Marina Kondratieva integrantes do grupo de ballet do Teatro Bolshoi, de Moscou.

UM êXITO extraordinário alcançaram os bailarinos soviéticos do Teatro Bolshoi, de Moscou, em suas exibições no Distrito Federal, encerrando uma breve excursão pela América Latina. Confirmaram a excelência do ballet russo, que tem a primazia mundial.

Após a visita dos pianistas Serebriakov, Dorenski e Voskressensky, foi dado assim mais um importante passo no caminho da aproximação cultural entre os povos do Brasil e da URSS. Dentro de breves dias, estará entre nós o mundialmente conhecido compositor armênio Katchaturian. Ao mesmo tempo, aqui estarão as participantes soviéticas do campeonato feminino de basquetebol, enquanto se aguarda com enorme ansiedade a vinda, em novembro próximo, do famoso «Dinamo» de Moscou.

Tornam-se, também, cada vez mais frequentes as visitas dos artistas brasileiros, times de futebol, parlamentares e personalidades destacadas de nosso país à União Soviética e a outros países socialistas. São todos estes fatos in-

gavelmente positivos na situação política brasileira.

Vão-se rompendo assim, pouco a pouco, os entraves que ainda impedem um contato mais estreito entre o nosso país e um terço da humanidade. No entanto, apesar da pressão crescente de setores ponderáveis da indústria e comércio nacionais, o Brasil ainda não restabeleceu suas relações comerciais com a União Soviética e com uma série de países socialistas. Continuamos impedidos de vender diretamente os nossos produtos — que enfrentam hoje dificuldades muito sérias — àqueles países, bem como de comprar-lhes diretamente, em condições extremamente vantajosas, máquinas e equipamentos industriais, petróleo e matérias primas, que já nos foram oferecidos por diversas vezes.

Por que manter uma tal situação? É medida urgente e inadiável a ampliação de nosso comércio externo e o restabelecimento normal de relações comerciais e culturais entre o Brasil e todos os países do mundo, sem discriminações.

Comentário Político

A Convenção do Partido Trabalhista Brasileiro

A Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro constituiu o acontecimento político mais importante da semana. O anunciado debate sobre a reforma do programa do partido, pela qual vem pugnando a corrente liderada pelo Sr. Fernando Ferrari, foi adiado para a Convenção que terá lugar em abril de 1958, quando serão lançados os candidatos às eleições federais. Preferiu-se os convencionais que fossem traçados as linhas fundamentais do novo programa, definidos os princípios que devem orientar a ação do partido nas lutas eleitorais de 1958 e 1960.

A Convenção aprovou por unanimidade a proposta do seu presidente, Sr. Roberto Silveira, de que o programa petebista não se afaste um milímetro sequer da linha na-

cionalista traçada na carta-fundamental de Getúlio Vargas.

Coube ao presidente do Partido, Sr. João Goulart, definir os princípios básicos do novo programa e a linha partidária para a ação política imediata: o partido adotará uma posição nacionalista e vigorosa frente aos problemas políticos, econômicos e sociais da presente etapa do desenvolvimento brasileiro e no quadro eleitoral procurará dos, com os partidos e correntes populares, na base de plataformas nacionalistas e de defesa da legalidade constitucional, das liberdades democráticas e das reivindicações dos trabalhadores.

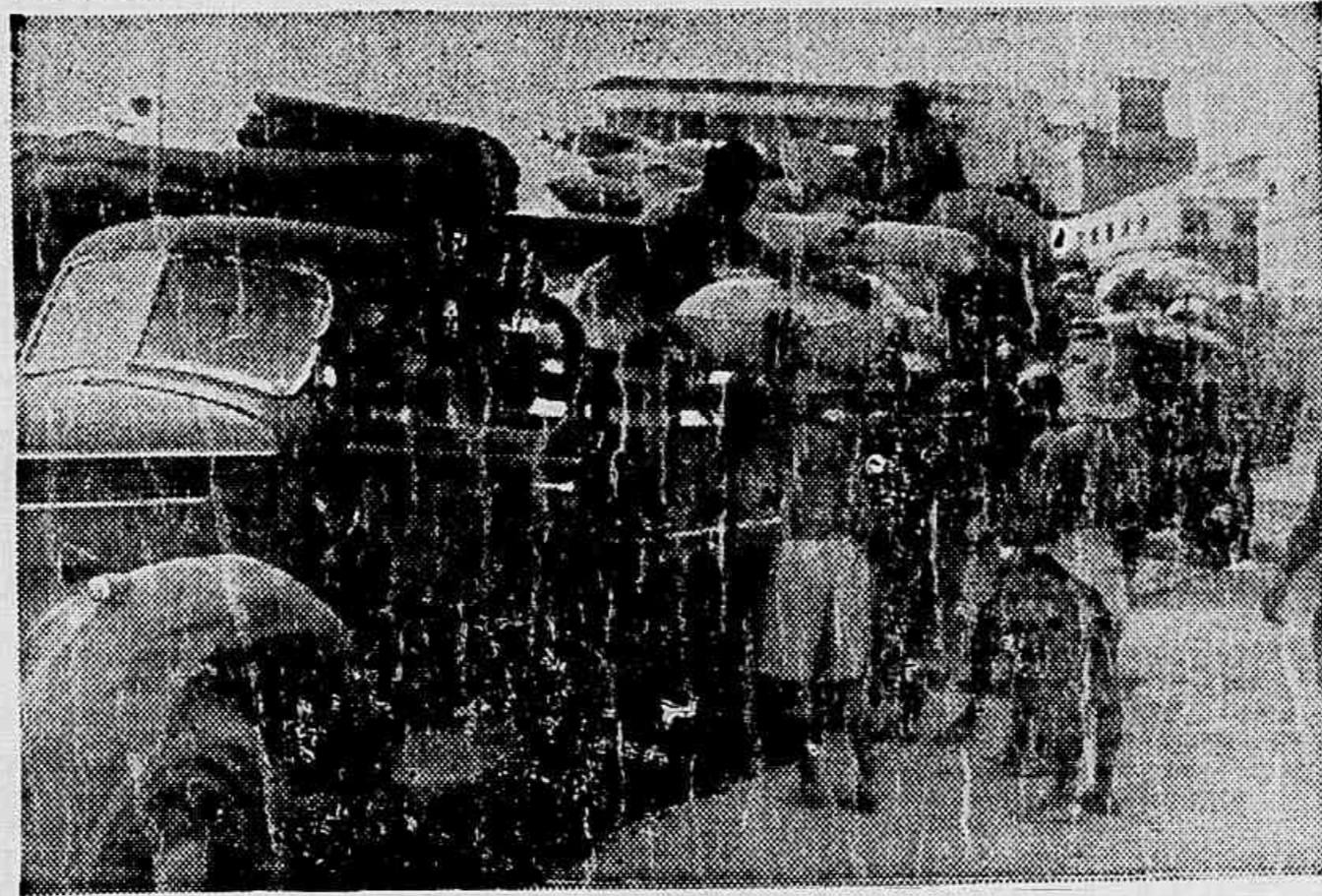
É inegável a importância da posição adotada pelos convencionais do P.T.B., tanto nas questões de princípios como na orientação tática traçada, se considerarmos as atuais exigências do crescente movimento democrático. A fusão do movimento nacionalista em ascensão com a poderosa corrente do movimento sindical da classe operária e de

todos os trabalhadores das cidades e dos campos, constitui, no plano político, o principal problema, e o fundamental de todo o processo democrático.

Nos mais diversos partidos se verifica o fortalecimento da tendência nacionalista e o crescimento do prestígio dos elementos que se vêm destacando por sua ação patriótica. Uma poderosa coalizão democrática, de caráter patriótico, sob a forma de alianças eleitorais, tendo em vista os pleitos de 1958 e 1960, poderá conquistar a vitória nas urnas e eleger governantes e legisladores progressistas, capazes de conduzir uma política interna e externa de sentido patriótico, democrático e progressista.

A linha de ação política traçada na Convenção dos trabalhistas atende sem dúvida a essa exigência fundamental de unidade, no plano político e eleitoral, do amplo movimento democrático e nacionalista em ascensão em todo o país. A sua aplicação na prática será um fator positivo na situação política brasileira.

A falta de transportes agrava ainda mais o problema dos tricultores brasileiros, provocando o apodrecimento de toneladas de trigo do Rio Grande do Sul. Este fato se repete todos os anos, sem que o governo tome qualquer providência para solucioná-lo.



Escândalo Entreguista Abala a Triticultura Nacional

O que é o acordo promovido pelo BNDE para a compra de excedentes de trigo norte-americano — A causa da lavoura brasileira de trigo pertence ao movimento nacionalista — É necessário modificar a política econômico-financeira do governo

Além do café, também o trigo vem agitando a vida econômica e política do país. Toda a triticultura sulina se encontra em pé de guerra contra um acordo concertado entre os governos brasileiro e norte-americano, o qual nos impõe a aquisição de vultosos excedentes de trigo dos Estados Unidos. A III Conferência Nacional dos Triticultores, realizada em agosto último, em Bagé, no Rio Grande do Sul, emitiu o seu protesto unânime contra o acordo. Protestos se fizeram ouvir na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e também na Câmara Federal. A rescisão do acordo com o governo norte-americano vem sendo reclamada não só pela triticultura como por diversos setores da indústria mineira.

O episódio dos excedentes do cereal importado dos Estados Unidos chama-nos a atenção para um sério problema da economia nacional: o problema do trigo.

UM PARADOXO BRASILEIRO

Um dos paradoxos da economia brasileira reside em que um país agrário como o nosso é obrigado a importar

quantidades massivas de um dos principais alimentos do seu povo. Dependemos do exterior não só para adquirir equipamentos, combustível e

certas matérias primas essenciais, como até mesmo para adquirir... o pão nosso de cada dia.

Esse paradoxo se explica por dois motivos. Um deles é a orientação tradicional da agricultura brasileira, voltada para os produtos de exportação. Tal orientação vem cedendo terreno nos últimos tempos, mas ainda é muito forte. O outro motivo consiste na influência do truste internacional do trigo, Bung and Born, que durante muito tempo conseguiu frear o desenvolvimento da triticultura em nosso país.

Há dez anos atrás, a importação de trigo consumia cerca de 20% das nossas di-

visas. Mais do que trigo em grão, importávamos farinha de trigo (do mesmo modo que importávamos gasolina e não petróleo bruto). Nos primeiros anos do pós-guerra, o Brasil era o segundo país importador do cereal-rei, consumindo cerca de 10% do total da exportação mundial.

Tratava-se, é evidente, de uma carga excessiva para um país, que dispõe de parcas divisas e precisa gastá-las sobretudo em equipamentos e matérias primas para o desenvolvimento industrial.

Criar uma grande triticultura nacional era, pois, indispensável ao nosso progresso.

O AVANÇO DA TRITICULTURA BRASILEIRA

Para avançar no sentido desse objetivo, foi necessário vencer o truste Bung and Born e os seus agentes no país. Paralelamente à lenda de que não tínhamos petró-

leo, também havia a lenda — que alguns ainda tentam difundir — de que no Brasil não existem condições para a expansão da lavoura do trigo. Entretanto, é sabido que o Brasil produziu trigo já nos primeiros tempos coloniais (na antiga capitania de São Vicente, hoje São Paulo, por exemplo).

A lenda sobre o trigo se encontra hoje praticamente desmentida. A produção nacional, com base principalmente no Rio Grande do Sul, passou de 101.107 toneladas em 1939 para 1.212.000 toneladas em 1956 (1.200% de aumento). O valor da produção em 1956 foi de Cr\$ 7.749.000.000, colocando a triticultura como uma das principais lavouras do país.

A revista norte-americana «Visão», em sua edição de 20 de setembro último, tenta demonstrar que a triticultura brasileira é antieconômica,

Contradição Entre Palavras e Atos

Na sessão inaugural da Assembleia Geral da ONU o Sr. Osvaldo Aranha, falando como chefe da delegação brasileira, expressou a aspiração universal à paz, ao desarmamento e ao entendimento entre todos os povos. Em discurso pronunciado no Chile, o ministro do Exterior, Sr. Macedo Soares, fez-se portavoze da simpatia dos países latino-americanos para com o movimento de independência nacional dos povos afro-asiáticos.

Assinalamos, em nosso último editorial, a necessidade de que os atos correspondessem às palavras, quando a delegação chefiada pelo Sr. Osvaldo Aranha, e orientada pelo Ministério do Exterior, tivesse de opinar sobre as questões concretas em debate na Assembleia Geral.

Poucas horas se haviam seguido aos dois pronunciamentos, quando entrou em votação a ordem do dia dos trabalhos da presente sessão da Assembleia Geral. E por 47 votos contra 27 foi rejeitada a proposta de que figurasse na ordem do dia a questão da admissão na ONU da República Popular da China. Entre os 47 votos contrários, estava o da delegação brasileira.

Juntamente com os demais países latino-americanos, apresentou-se o Brasil, mais uma vez, como peça da máquina de votar que o Departamento de Estado manipula na Assembleia da ONU.

Permanece o governo do Sr. Kubitschek submetido às imposições de Washington, receioso de dar qualquer passo no sentido de uma política exterior independente. No caso da China, significa desprezar um mercado imenso, de 600 milhões de pessoas, cuja capacidade aquisitiva cresce com o vertiginoso progresso da grande República presidida por Mao Tsetung, para manter a situação ridícula de relações com o fantoche Chiang Kai-chek, como se a ilha de Formosa fosse a China.

O movimento nacionalista, que se amplia em nossa pátria, apresenta a exigência de modificação imediata da nossa política exterior. A mobilização crescente de suas forças há de impôr que os discursos das autoridades responsáveis por tal política deixem de entrar em conflito com os seus atos, como aconteceu na votação da Assembleia da ONU.

uma vez que o seu rendimento por hectare é muito inferior ao de países como França, Itália e outros, sustentando-se somente em virtude de um artifício cambial e das subvenções do governo.

É certo que o rendimento médio da triticultura brasileira ainda está longe de atingir a de países de milenar tradição tritícola, dotados, além disso, de técnica moderna. O que mais importa verificar, porém, é a tendência. E a tendência da triticultura brasileira é bastante progressista. O seu rendimento médio ascendeu de 489 Kgs. por hectare, em 1939, para 930 Kgs. em 1956. Quando o rendimento médio de outros ramos de

(CONCLUI NA PAG. 10)

A Grande Revolução de Outubro e o Oportunismo da II Internacional

João Amazonas

A humanidade progressista comemora, dentro em breve o 40º aniversário da Grande Revolução Socialista que teve lugar na Rússia, em 1917. Este acontecimento significou o início de uma nova era na história dos povos. Assim como se realizaram as Revoluções burguesas, na Europa, o regime feudal entrava em declínio, também ao efetuar-se a Revolução Socialista, na Rússia, o capitalismo entrava na crise definitiva, iniciava-se a fase do seu desaparecimento. Com a Revolução de Outubro confirmou-se plenamente a teoria marxista sobre o processo do desenvolvimento histórico e a inevitabilidade da substituição do capitalismo pelo socialismo.

Os ideólogos e porta-vozes da burguesia não se cansam nestes quarenta anos de profetizar a destruição da União Soviética e de seu regime socialista. Fracassaram em suas previsões. Pese o ódio e o desespero da burguesia mundial, a União Soviética se tornou poderosa e seus êxitos na construção do socialismo iluminam como um fanal o caminho da nova vida, da nova era de progresso e paz para todos os povos.

Ao comemorar o 40º aniversário da Revolução Socialista, os trabalhadores passam em revista não apenas os grandes êxitos alcançados neste curto período, destacam também as experiências de há quase meio século. Uma destas experiências é a luta travada contra o oportunismo da II Internacional.

Depois da morte de Engels, em 1895, a II Internacional, que dirigia os partidos socialistas e operários, enveredou pelo caminho do mais pódre oportunismo. Naquela época, iniciava-se uma nova e última etapa no desenvolvimento do capitalismo — a etapa imperialista. O imperialismo significava o aumento brutal da exploração da classe operária, as guerras pela redivisão do mundo e um gigantesco sistema de domínio e exploração colonial. Com isto aguçavam-se a um só tempo todas as contradições do capitalismo: a contradição entre o capital e o trabalho, a contradição entre as potências imperialistas, a contradição entre as metrópoles e as colônias. Chegou, assim, a época da Revolução Proletária. O movimento operário devia abandonar a «placidez» do período anterior e preparar-se abertamente para a luta revolucionária pelo poder.

Mas a luta pelo poder proletário não interessava aos dirigentes e teóricos da II Internacional, que proclamavam a «teoria» da democracia acima das classes, da colaboração com a burguesia nos quadros do Estado burguês e da «integração pacífica do socialismo». Eles serviam de fato à burguesia. Por isso erigiram alguns dogmas e a estes se aferravam, tentando manter o proletariado afastado da luta revolucionária.

Afirmavam que a forma principal da luta de classes era a luta parlamentar e que o proletariado chegaria ao socialismo, simplesmente concorrendo às eleições burguesas.

A luta parlamentar representa, ontem como hoje, um importante papel na educação e mobilização do proletariado. Mas nas condições daquela época não podia decidir da derubada do capitalismo e da instauração do socialismo. Na ordem do dia colocavam-se, junto com a luta parlamentar, outras formas mais elevadas de luta: a greve política de massas e a insurreição armada. Os oportunistas, no entanto, que não queriam a Revolução, opunham-se a tudo que significasse preparar o proletariado para a luta decisiva. Agarrados ao parlamentarismo burguês, defendiam a teoria de que o proletariado não podia chegar ao poder senão quando se transformasse em maioria no conjunto da população. Isto condenava de antemão o proletariado a viver explorado e oprimido por dezenas e dezenas de anos. A espera que o capitalismo proletarizasse não somente a cidade como também o campo. O fato do proletariado não constituir maioria no conjunto da população não podia ser a questão decisiva, pois o proletariado não é, na sociedade capitalista, a única classe explorada. Era possível reunir em torno do proletariado as grandes massas trabalhadoras, sobretudo os camponeses, para derrotar os capitalistas. Argumentavam, ainda, os líderes da II Internacional, que o proletariado não podia ir ao poder, senão depois que tivesse preparado a quantidade necessária de quadros para dirigir o novo regime, tarefa realmente impraticável sob as condições do capitalismo.

Todas estas teses e «teorias» serviam para justificar o oportunismo e atar as mãos do proletariado, serviam para desarmá-lo ante a dominação e exploração feroz dos monopólios.

A guerra de 1914-18 pôs a descoberto toda a podridão da II Internacional e revelou a degradação ideológica e política a que haviam chegado os seus líderes. Mostrou que tais líderes eram socialistas de palavra e social-chauvinistas de fato: depois de terem declarado solenemente que fariam «guerra à guerra», passaram de armas e bagagens, mal começara o conflito, para o lado de «suas» burguesias. Rechassaram o princípio do internacionalismo proletário e trataram de induzir os operários a defenderem a pátria dos capitalistas, a morerem de um e de outro lado das trincheiras para aumentar o lucro e o domínio dos trustes e monopólios apatridas.

O movimento operário, sob a direção da II Internacional, havia abandonado, assim, a estrada real de seu desenvolvimento e entrara num atalho perigoso e enganador. Nestas condições era impossível ao proletariado preparar-se para cumprir sua missão histórica. Por isso a tarefa principal consistia em derrotar, no campo político e ideológico, o oportunismo da II Internacional, que se constituía de fato o pior inimigo da Revolução Socialista.

Esta tarefa histórica foi realizada por Lenin e pelo

Partido Bolchevique por ele criado. Lenin desmascarou até o fim as teses e conclusões de Kautski e outros dirigentes social-democratas. «Eles — disse Lenin — tomam do marxismo tudo que é aceitável para a burguesia liberal, inclusive a luta por reformas, inclusive a luta de classes (mas nos a ditadura do proletariado), inclusive o reconhecimento «geral» das «idéias socialistas» e a substituição do capitalismo por «um regime novo», e rechassam «únicamente» a alma viva do marxismo, «únicamente» seu conteúdo revolucionário».

Lenin elaborou toda uma concepção nova da Revolução, que correspondia à última fase do capitalismo. Detentou intransigentemente o princípio da luta de classe revolucionária, contra os capitalistas e pregou, nas condições daquela época, a insurreição armada do proletariado. Criou um Partido de novo tipo, capaz de dirigir vitoriosamente o proletariado e o povo nessa luta. Ergueu bem alta a bandeira do marxismo vivo, criador. Se Lenin não tivesse desmascarado e derrotado o oportunismo da II Internacional, não teria havido a Revolução em 1917. Todo o proletariado mundial teria se debatido nas trevas da exploração capitalista por muitos e muitos anos. Foi graças a essa luta que hoje podemos ver com nossos próprios olhos e pelo edifício do socialismo construído na União Soviética.

A luta contra o oportunismo da II Internacional é, pois, uma das maiores experiências do movimento operário revolucionário.

Quarenta anos se passaram desde o feito histórico da classe operária russa. Agora já não somente a União Soviética mas inúmeros outros países, na Ásia e na Europa, marcham pela mesma senda e as idéias do socialismo vitorioso abrem caminho na consciência de milhões de trabalhadores e homens progressistas de todo o mundo. O movimento comunista cresceu e se fortaleceu. Cresceu e se fortaleceu lutando contra o oportunismo nas suas duas formas: o oportunismo de direita, cuja característica principal é a colaboração de classes e o oportunismo de «esquerda», sectário, que impede a ligação com as massas e entrava a luta pelo socialismo.

Nos dias de hoje a luta contra o oportunismo adquire particular relevo. E' que, sob a forma do revisionismo, o oportunismo levanta a cabeça no movimento operário, tentando desviá-lo do caminho justo. Ao mesmo tempo, o oportunismo se apresenta também sob formas dogmáticas, nocivas aos interesses do proletariado.

A experiência da Revolução de Outubro e o grande exemplo de Lenin inspiram a luta contra as deformações e a revisão do marxismo, doutrina emancipadora que orienta os trabalhadores de todo o mundo para a vitória sobre o capitalismo e pela construção da nova sociedade sem classes.

A QUESTÃO DA TRANSIÇÃO PARA A SOCIEDADE SOCIALISTA

A grandiosa significação da Revolução chinesa reside em que abriu a um imenso país a possibilidade de um desenvolvimento não capitalista, partindo da abolição das formas semi-feudais e semicoloniais da economia para atingir o socialismo. Esta é a principal particularidade específica do desenvolvimento econômico da República Popular da China, onde o domínio das relações semi-feudais condicionou o atraso técnico-econômico do país. A possibilidade da vitória da Revolução e de construir o socialismo surgiu para a China nas novas condições históricas do agravamento da crise geral do capitalismo e de todo o sistema colonial, devido à existência e à ajuda do campo socialista chefiado pela União Soviética.

Aproveitando tais possibilidades, o poder democrático-popular, apoiado nas vastas massas de centenas de milhões de pessoas, realizou em prazo curto profundas transformações revolucionárias na economia do país e o conduziu não pela fase de desenvolvimento capitalista mas pelo caminho do socialismo. Como diz a Constituição Chinesa em seu artigo 1º:

«A República Popular da China é um Estado de democracia popular, dirigido pela classe operária e baseada na aliança entre operários e camponeses».

Para consolidar as conquistas já alcançadas pelo povo chinês é necessário fortalecer e tornar mais sólida a direção do Estado pela classe operária. A construção do socialismo e as transformações socialistas são inconcebíveis sem que o Estado seja dirigido pela classe operária. A principal garantia da feliz direção por parte da classe operária reside no reforço e consolidação constantes da aliança entre os operários e os camponeses.

Dentro de 10 a 15 anos, o incessante desenvolvimento econômico da China, com o apoio e a ajuda da URSS, lhe permitirá elevar a indústria a 30% da economia, em vez dos 10% que representava em 1949.

O período que vai da criação da República Popular da China até à construção da sociedade socialista é um período de transição. Nesse período as tarefas fundamentais do Estado consistem na realização gradual da industrialização socialista do país e na execução gradual das transformações socialistas na agricultura, na indústria artesanal e na indústria e comércio capitalistas. Estes caminhos de transição para a sociedade socialista decorrem de fato de que existem atual-

EXPERIÊNCIAS DA REVOLUÇÃO CHINESA

Carlos Marighella

mente na China diversas formações econômicas, baseadas nas seguintes formas fundamentais de propriedade:

- a) a propriedade de todo o Estado, isto é, a propriedade de todo o povo;
- b) a propriedade cooperativa, isto é, a propriedade coletiva das massas trabalhadoras;
- c) a propriedade dos trabalhadores individuais, isto é, a propriedade dos camponeses e artesãos;
- d) a propriedade dos capitalistas.

A tarefa do Estado consiste em reforçar e desenvolver ao máximo as formações econômicas baseadas nas duas primeiras formas de propriedade, isto é, em reforçar e desenvolver o setor socialista e em realizar a gradual transformação socialista das duas outras formações, ou seja, a transformação gradual do setor não socialista. O papel do Estado nessas condições é garantir o desenvolvimento preferencial do setor estatal da economia, concentrando a atenção na criação gradual da indústria pesada, como base econômica fundamental do socialismo. Para isto conta com a URSS, que ajuda a China na construção de 156 projetos fundamentais. Ao mesmo tempo, o Estado estimula e orienta o desenvolvimento do setor cooperativo e lhe presta ajuda, estimula e orienta a transformação da indústria e do comércio capitalistas no setor do capitalismo de Estado, que assume diferentes formas e constitui, de modo gradual, a propriedade dos capitalistas pela propriedade de todo o povo.

A transformação socialista da República Popular da China se dará gradualmente, por via pacífica, embora sem amainar a luta de classes. Isto é o resultado de que nas condições atuais da China o setor socialista do Estado se converteu no dirigente de toda a economia nacional, como também porque cresce e se fortalece de dia para dia. Esta é

uma consequência do papel dirigente da classe operária e da firme aliança entre os operários e camponeses, ao lado da existência da frente única no interior do país e de uma situação internacional favorável, em que o papel preponderante é desempenhada pela União Soviética.

VI

A QUESTÃO DO PARTIDO

O problema fundamental do Partido da China está em que ele conseguiu se tornar o dirigente do povo chinês e o dirigente da revolução, assimilando a teoria marxista-leninista e aplicando-a de maneira criadora às condições peculiares da China.

O camarada Mão Tsé Tung, em seu trabalho «Unir as forças revolucionárias mundiais contra a agressão imperialista», escreveu:

«Num período de mais de 100 anos desde o aparecimento do marxismo, somente quando o Partido bolchevique russo deu o exemplo de dirigir a Revolução de Outubro e a construção socialista e derrotar a agressão fascista, é que os partidos revolucionários de novo tipo foram criados e desenvolvidos em larga escala mundial. Com tais partidos revolucionários, a fisionomia da revolução mundial mudou. A mudança foi tão radical que transformações totalmente inconcebíveis para o povo das velhas gerações se realizaram espetacularmente. O Partido Comunista da China é precisamente um partido criado e desenvolvido de acordo com o modelo do Partido Comunista da União Soviética. Desde que surgiu o Partido Comunista da China, a Revolução Chinesa assumiu uma fisionomia inteiramente nova.»

O marxismo-leninismo é caracterizado pela unidade indissolúvel entre a teoria e a prática. O Partido Comunista da China, com seu

Comitê Central e à frente dele o camarada Mão Tsé Tung, assinalou êxitos consideráveis na luta revolucionária do povo chinês, porque soube seguir os passos dos grandes mestres do marxismo e aplicar o marxismo-leninismo com o mesmo espírito dos criadores do socialismo científico e seus discípulos e continuadores.

O Partido Comunista da China ao longo de seus 36 anos de existência jamais separou o trabalho teórico marxista-leninista do movimento revolucionário das massas e de seu poder criador. Assim fazendo, o Partido Comunista da China soube compreender que o marxismo-leninismo não é dogma e se orientou por estas palavras de Lenin:

«Nós não temos a teoria de Marx como algo acabado inviolável; ao contrário, estamos convencidos de que ela somente assentou a pedra angular da ciência que os socialistas devem desenvolver em todas as direções, se não quiserem atrasar-se em relação à vida. Pensamos que uma elaboração independente da teoria de Marx é especialmente necessária para os socialistas russos, desde que esta teoria fornece somente os princípios orientadores gerais, os quais devem ser aplicados à Inglaterra diferentemente do que à França, diferentemente à França do que à Alemanha, diferentemente à Alemanha do que à Rússia.»

Coragem teórica e agudo espírito criador foram requisitos indispensáveis para a aplicação dos princípios gerais do marxismo-leninismo às condições concretas da China, inteiramente diversas das condições dos países capitalistas europeus. Os dogmáticos na China também se apearam por derrotá-los, mas a vida acabou por derrotá-los. Novas e importantes conclusões surgiram da aplicação do marxismo-leninismo à China tais como a guerra revolucionária prolongada no campo, o cerco e a tomada das grandes cidades pelo campo, a manutenção do poder revolucionário em pequenas bases espalhadas num vasto território e o gradual desenvolvimento e expansão destas bases, através de lutas prolongadas, até a tomada do poder em todo o país.

A experiência da Revolução Chinesa demonstra que todo o processo através do qual o camarada Mão Tsé Tung dirigiu a luta pela união do marxismo-leninismo com a prática concreta da Revolução Chinesa é a síntese do processo da construção do Partido Comunista da China.

(Continuará)

A Polônia Jamais se Afastará da Justa Estrada da Construção do Socialismo

WLADISLAW GOMULKA

Falando em Cracóvia, o 27 de agosto último, no comitê organizado para comemorar e transcurso do vigésimo aniversário das greves camponesas na Polônia, Wladyslaw Gomulka, 1º secretário do Partido Operário Unificado Polonês, iniciou sua oração descrevendo a situação econômica das massas trabalhadoras na Polônia de antes da guerra, especialmente do campesinato. Citou grande massa de dados demonstrativos de como crescia e desenvolvia-se e de como o nível de vida da população trabalhadora na cidade e no campo baixava continuamente nos anos de 1918 a 1937. Analisando as causas e o desenvolvimento das greves camponesas de 1937, quando os camponeses cortaram o suprimento de gêneros às cidades, em protesto contra a ditadura Sanacja, Gomulka frisou que a força motriz, que impulsionava os camponeses era a crescente onda revolucionária, que se elevava na classe operária polonesa e em todo o mundo. O governo Sanacja respondera às greves com o massacre dos camponeses, quarenta e dois dos quais foram mortos pela polícia e várias centenas dos quais foram feridos. Milhares de camponeses foram presos. A lista incompleta dos grevistas, condenados a penas que variavam de dois meses a cinco anos de prisão, continha 617 nomes.

Transcrevemos a seguir a parte final do discurso do camarada Gomulka.

Sómente na Polônia Popular é que os problemas econômicos e políticos — por cuja solução os operários e camponeses lutaram em vão nos dias que antecederam à guerra — problemas que provocaram as greves camponesas, foram resolvidos ou estão sendo efetivamente solucionados.

Grandes propriedades territoriais foram distribuídas entre os camponeses. As fábricas foram socializadas. O povo trabalhador tomou o poder em suas mãos. O sistema capitalista foi substituído por um sistema, que constrói o socialismo.

DA MISÉRIA A FARTURA NÃO É APENAS UM PASSO

As pessoas sensatas, mesmo as que pouco se preocupam com as questões econômicas, estão plenamente conscientes de que um país atrasado econômica e culturalmente, como o era a Polónia antes da guerra, ainda que adotando as melhores formas do sistema social, as formas socialistas, não pode, nos quadros do novo sistema social, passar da noite para o dia do reinado da miséria para o da fartura.

A Polónia Popular ainda não entrou no reinado da fartura, mas já conseguiu libertar-se do reinado da miséria da Polónia de antes da guerra. A Polónia Popular removeu a carga mais pesada e a pior das que repousavam, antes da guerra, sobre os ombros da classe operária e do campesinato trabalhador; liquidou o desemprego na cidade e no campo. A expressão «pessoas supérfluas» desapareceu.

A distribuição das propriedades territoriais entre os camponeses e o plano de distribuição da população nos Territórios Ocidentais reduziu o número de braços disponíveis nas fazendas camponesas. Mas somente com a expansão industrial pôde ser resolvido este problema.

Nos anos de 1949 a 1955, cerca de seis e meio milhões de pessoas, a maioria proveniente do campo, encontrou trabalho, graças à expansão da economia nacional, especialmente da indústria. No ano passado, quando o nível de investimentos foi levemente mais baixo, o número de empregos aumentou de 300.000.

OS CAMPESESES E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Proporcionar emprego a todos os trabalhadores aptos foi, e deve ser no futuro a preocupação básica do poder popular. O poder popular tem se desincumbido honrosamente desta tarefa.

O caminho da crescente industrialização do país é o único a seguir para garantir-nos as condições propícias à elevação das condições da vida

do povo trabalhador na cidade e no campo. Isto se aplica tanto aos operários quanto aos camponeses.

Hoje já não há muitos camponeses que ainda acreditem ser a política de industrialização contrária aos seus interesses, benéfica unicamente aos operários. Contudo, ainda existem camponeses que assim pensam. Não pode haver ponto de vista mais errôneo.

Se, falando em termos gerais, não mais existe no campo o problema do desemprego, e se em certas localidades acusa-se mesmo a falta de braços na agricultura, fosse, porém, o ritmo da industrialização do país consideravelmente moderado em poucos anos, teríamos, e imediatamente, o problema de desemprego nas áreas rurais. É preciso, pois, ter em mente, dois fatores básicos que condicionam este problema, agora e nos dias por vir.

O primeiro deles é o crescimento natural da população. No ano passado este aumento foi de 526.000 pessoas. As crianças nascem, mas a terra não aumenta. Para impedir o desemprego no campo, o aumento natural da população camponesa deve ser dirigido a trabalhar fora da agricultura, isto é, antes de tudo, para as cidades.

Mas, nas cidades não há empregos à espera, eles devem ser criados e seu número deve crescer continuamente. Para que isto seja conseguido é necessário investir sempre mais em nossa economia nacional, especialmente na indústria.

Outro processo se desenvolve na indústria, e continuará a desenvolver-se, libertando parte dos camponeses do trabalho na lavoura: o processo de mecanização da agricultura. A mecanização dos trabalhos agrícolas é condição básica da elevação da produção agrícola e da produtividade do trabalho na agricultura.

Isto significa maiores ingressos para as famílias camponesas. Sem a mecanização, a agricultura não pode sair de seu estado de atraso e a cultura rural não se pode desenvolver.

Os investimentos são nossa tarefa básica, hoje como amanhã. Há uma lei férrea que opera na vida econômica: só o excedente da produção versus consumo produz meios de investimentos. Quanto maior este excedente, maiores os investimentos. Quanto mais for consumido deste excedente, tanto menos restará a investir.

REIVINDICAÇÃO DE SALÁRIOS E GREVES

Considerável parte dos trabalhadores manuais e intelectuais não gozou de aumento de salários em 1956 e 1957. Para satisfazer aos reclamos desta categoria de trabalha-

dores foi necessário aumentar os preços das bebidas alcoólicas e destinar os fundos assim obtidos ao aumento de salários.

Devemos tirar de uma para dar a outros e isto que foi tirado de uns não lhes fará nenhum mal. É possível beber menos ou simplesmente passar sem a vodka.

A política do governo em relação aos salários visa a criar uma situação na qual, através do aumento da produção e da produtividade do trabalho, seja obtido o equilíbrio na balança de mercadorias, através da restrição e final liquidação dos créditos à importação de gêneros de consumo.

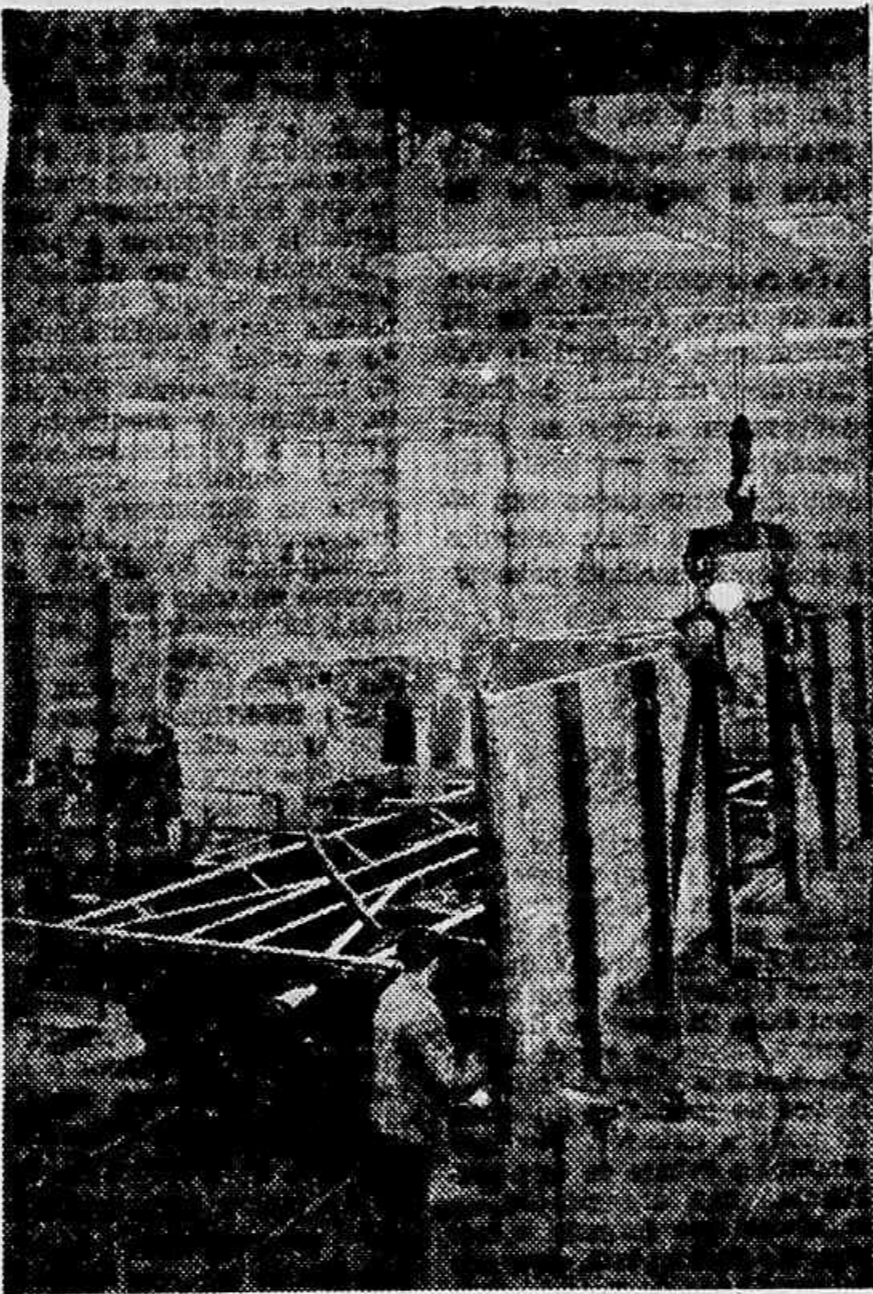
Devemos todos mostrar interesse pelo desenvolvimento da economia nacional e aju-

ciais e do Estado. Conheçam apenas uma resposta: «deem-nos um aumento ou entraremos em greves».

AVISO CONTRA OS PERTUBADORES DA ORDEM

Mesmo se têm êxito em alguns lugares a sua tarefa de desorientar os operários e provocar greves, o resultado é sempre o mesmo: os trabalhadores voltam ao serviço sem ter obtido aumento de salários. Dizemos isto para alertar os operários contra as atividades dos perturbadores da ordem e os demagogos, atividade perniciososa aos trabalhadores e ao Estado.

Fôra do aumento de salários para certos grupos de



Na usina "Pafawaz" da região de Wrocław, na Polónia. Uma visita da seção de montagem de peças de mercadorias.

dar a promovê-lo. Isto não pode ser feito pelos preguiçosos e vagabundos, que evitam o trabalho e vivem às expensas dos operários que labutam honestamente e desprendidamente. Os preguiçosos desorganizam o ritmo normal do processo de produção, tornando impossível o cumprimento dos planos.

Aqui e ali elementos hostis ou perturbadores da ordem têm surgido, incitando os operários a greves arbitrárias, como ocorreu recentemente com os operários do serviço de bondes de Lodz. Nada do que se possa dizer sobre a verdade da situação econômica do país causa a menor impressão sobre as pessoas de má vontade.

Estas não estão interessadas na questão dos investimentos, não se preocupam com que o Estado deve proporcionar de 200 a 300.000 novos empregos para os jovens. São indiferentes ao perigo da inflação e suas consequências, no caso de aumentar a quantidade de moeda em circulação.

Estas pessoas são indiferentes ao futuro do país, à necessidade de sua defesa, são indiferentes às dezenas de outras e momentosas questões so-

trabalhadores, planejado conjuntamente com o Conselho Central dos Sindicatos, que será financiado com os fundos obtidos através de aumento do preço da vodka, ninguém mais pode contar com aumento de salários em futuro imediato.

Além disso, nem o governo nem os órgãos econômicos do Estado podem tomar qualquer decisão concernente a aumento de salários sem consulta aos sindicatos. Aqueles elementos que organizam campanhas por aumento de salários fora dos sindicatos estão desorientando e enganando os trabalhadores.

A MAIORIA DA CLASSE OPERÁRIA REVELA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Ao falar dos casos de perturbações da ordem e de agitação hostil entre os trabalhadores, não quero deixar de expressar o reconhecimento do comportamento exemplar da classe operária em conjunto. A esmagadora maioria da classe operária revela consciência de classe, compreende a situação e sabe perfeitamente que só o maior desenvolvimento econômico do país e a maior produção podem

levar à elevação dos níveis de vida.

É por este caminho que o Partido e o Governo dirigem e continuarão a dirigir a classe operária e o povo trabalhador. A política agrícola dos dois partidos e do governo e sua atitude para com os camponeses estão em harmonia com os princípios traçados, em janeiro, conjuntamente pelos comitês centrais do Partido Operário Unificado Polonês e do Partido Camponês Unificado.

Esta política promove e continuará a promover a produção agrícola, o autogoverno campones, através das várias formas de cooperação, e a rentabilidade das fazendas camponesas. Queremos que os camponeses desenvolvam suas fazendas, queremos que invertam nelas seus crescentes ingressos, queremos que utilizem suas rendas, coletiva e individualmente, na compra de máquinas agrícolas, visando a mecanizar os serviços na agricultura, na construção de prédios, nas fazendas, etc.

Disponos já de fundos bem mais consideráveis para desenvolver a indústria que produz para as necessidades da agricultura e ampliamos os créditos bancários aos camponeses.

POLÍTICA AGRÁRIA

Compreendemos os problemas, necessidades e desejos dos camponeses trabalhadores. Estamos a par do que reclamam e do que lhes faz falta. Mas, ainda não podemos satisfazer todos esses reclamos.

Ainda não estamos em condições de prover os camponeses de suficientes quantidades de materiais de construção, fertilizantes artificiais, certos tipos de máquinas, etc. O Estado e a economia nacional requerem ainda certo prazo para a satisfazer todas as necessidades do campo.

Nem podem os camponeses elevar a produção por hectare, atingimos de 5 para 10 quintais de cereais, no curso de um, dois, ou mesmo cinco anos. Mas eles terminarão por alcançar este aumento e alcançarão o camponês da Tchecoslováquia ou o da República Democrática Alemã. O poder popular aproxima e tornará sempre mais próximo este objetivo.

No passado, foram cometidos erros na política agrícola. Estes erros foram eliminados.

O princípio de nossa política agrícola é o de promover a produção em todas as fazendas camponesas e, ao mesmo tempo, restringir a exploração dos camponeses pobres pelos ricos. Para elevar a produção agrícola, os camponeses pequenos e médios devem ter prioridade nas várias formas de assistência que o Estado assegura e continuará garantindo ao campo.

Os pequenos e médios camponeses devem estar organizados para beneficiar-se plenamente desta prioridade nas várias formas de assistência estatal, isto é, créditos, empréstimos e contratos, que os tornarão capazes de assegurar a produção através do cultivo de lavouras absorventes de mão de obra e de utilidade industrial.

É FUNDAMENTAL A ALIANÇA OPERÁRIA-CAMPONESA

Só a organização da força, pois, facilita o progresso econômico e proporciona proteção contra a exploração. O problema das organizações econômicas camponesas e das equipes de produção no campo

deverá ser objeto da preocupação das organizações do Partido Camponês Unificado e do Partido Operário Unificado Polonês, deverá servir de base a uma cooperação harmoniosa e estreita entre os dois partidos.

Isto porque os dois partidos marcham pela mesma estrada e são guiados pelo mesmo desiderato. Este objetivo é a eliminação de todos os sinais da injustiça social, o término da opressão e da exploração do homem pelo homem, de acordo com os elevados princípios do socialismo.

O campo comporta perfeitamente os dois partidos. Existem ainda vastos tratos de terreno político devoluto, propício à germinação das ervas daninhas. Devemos arar estas terras em esforços conjuntos e devemos extirpar as ervas daninhas.

O Partido Operário Unificado Polonês é o partido do povo trabalhador, é, assim também, o partido dos camponeses trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores. A aliança operário-camponesa não se reflete apenas na política de dia a dia do nosso partido mas também, na crescente adesão de militantes camponeses às suas fileiras.

A aliança operário-camponesa proporciona os alicerces sobre os quais está sendo erigido o edifício da Polónia Popular. E dever de todo operário e de todo camponês fortalecer esta aliança. Este dever se impõe, sobretudo, aos militantes de ambos os partidos.

Ocasionalmente ocorrem ainda tentativas de minar a aliança operário-camponesa, de perturbar a colaboração entre os dois partidos. Ainda se emitem opiniões tais como a de que o lugar do Partido Operário Unificado Polonês é nas cidades e não no campo, etc. É, pois, necessário declarar: não permitiremos a ninguém minar a aliança operário-camponesa, alicerce da Polónia Popular. Não há, na vida política da Polónia Popular, lugar para tais pessoas.

DUAS FONTES DE PODERIO DA POLÓNIA POPULAR

Há vinte anos atrás a preocupação mais importante dos operários e camponeses era a luta, conjunta e continuada, contra o fascismo, os burgueses e o sistema dos grandes proprietários de terras. Hoje, a maior preocupação dos operários e camponeses é a de fortalecer o nosso Estado Popular.

A força da Polónia Popular vem de duas fontes: a primeira é a unidade do povo trabalhador, a aliança operário-camponesa, a disciplina consciente da classe operária e o cumprimento por parte dos camponeses dos seus deveres para com o Estado. A segunda fonte da força da Polónia é a sua lealdade ao campo dos países socialistas, especialmente sua aliança e amizade com os nossos vizinhos: a União Soviética, a Tchecoslováquia e a República Democrática Alemã.

Esforçam-se os nossos inimigos por destruir estas fontes. Após o VIII Pleno, após as modificações que introduzimos em nossa política interna, os inimigos do socialismo e do poder popular na Polónia começaram a lançar as especulações políticas mal insensatas. Mas logo comprenderam que estavam errados. A Polónia jamais se afastará da estrada d

(CONCLUI NA PAG. 10)

Perguntas e RESPOSTAS

O Que é o Revisionismo

Atendendo ainda ao pedido de leitores de Bonassese, Distrito Federal, vamos tratar hoje, nesta seção, de conceitos de revisionismo, do mesmo modo que no número anterior tratamos do conceito de dogmatismo.

O revisionismo é uma tendência antimarxista, cuja peculiaridade consiste em que surge no próprio terreno do marxismo, sob a bandeira da sua renovação, da sua revisão. Existem no movimento operário outras tendências antimarxistas, que, entretanto, são abertamente hostis à teoria de vanguarda do proletariado. Tal é o caso, por exemplo, do anarquismo. O que particulariza o revisionismo é a sua oposição ao marxismo sob a cobertura de fidelidade ao mesmo. Daí os perigos, que apresenta para o movimento comunista.

O revisionismo surgiu, pela primeira vez, nos fins de século passado, na época em que o capitalismo se transformava em imperialismo e em que um relativo desenvolvimento pacífico se verificava nos principais países capitalistas. Fatos novos se apresentavam diante do movimento operário, exigindo uma atitude criadora dos marxistas para interpretá-los de modo correto.

Lênin foi capaz de tomar diante dos novos fatos da sua época e das particularidades do seu país, a Rússia, uma atitude não dogmática, realmente criadora, desenvolvendo a obra de Marx e Engels, inclusive com a substituição de algumas de suas teses já envelhecidas. Mas Lênin sempre se conservou rigorosamente fiel à concepção geral e ao método criados por Marx e Engels, uma vez que somente à luz do materialismo histórico de Marx e Engels é possível explicar, com exatidão científica, os fatos da vida social.

Precisamente na polémica com os revisionistas, afirmou Lênin: «Defender a doutrina, que, segundo sua mais profunda convicção, é a verdadeira, contra os ataques infundados e contra as tentativas de piorá-la, não significa, de modo algum, que se seja contrário a toda crítica. Não consideramos, em absoluto, a teoria de Marx como algo acabado e imutável: estamos convencidos, pelo contrário, de que esta teoria não fez senão colocar as pedras angulares da ciência, que os socialistas devem impulsar em todos os sentidos, sempre que não queiram ficar atrasados na vida. Acreditamos que para os socialistas russos é particularmente necessário impulsar de modo independente a teoria de Marx, uma vez que esta teoria dá somente os princípios diretivos gerais, que se aplicam em particular à Inglaterra de um modo diferente que à França; à França de um modo diferente que à Alemanha; à Alemanha de um modo diferente que à Rússia.» (Ver Lênin, «Nosso Programa», na coletânea «Marx, Engels e o marxismo»).

Entretanto, se Lênin era um marxista autêntico, infenso ao dogmatismo, os revisionistas, a pretexto de renovação de marxismo e de luta contra o dogmatismo, tomaram, na verdade, por um caminho antimarxista.

Partindo da necessidade de estudar os fatos novos, os revisionistas passaram a atacar algumas teses fundamentais do marxismo-leninismo, colocando-se de um ponto-de-vista pequenoburguês. Passaram a pregar a conciliação de classes, considerando a luta de classes como algo ultrapassado. Opu seram à tese marxista da conquista do socialismo com a luta revolucionária sob a hegemonia do proletariado a tese reformista da transformação espontânea do capitalismo em socialismo. Sem compreender a essência da democracia burguesa, fizeram a sua apologia e a proclamaram superior à ditadura do proletariado. Interpretaram uma época transitória de relativo desenvolvimento pacífico e de pequenas melhoras para alguns setores do proletariado como sintoma de transformação da própria essência do capitalismo, no sentido de que este estava superando, dentro dos seus próprios quadros, as contradições que Marx proclamara insolúveis na sua genial obra «O Capital».

Se, do ponto de vista teórico, Lênin pôs a nu toda a falsidade do revisionismo, a sua traição ao marxismo, a primeira guerra mundial e a revolução socialista na Rússia se incumbiram de liquidá-lo na prática, confirmando, pelo contrário, os princípios fundamentais do marxismo-leninismo.

Assim, pois, o que os revisionistas fizeram não foi renovar, de fato, o marxismo. Revisaram-no com o objetivo de desfigurá-lo, de tirar-lhe a essência científica e revolucionária, tentando substituí-lo por uma miscelânea teórica de inspiração burguesa.

Apesar de todas as suas declamações sobre o marxismo criador, os revisionistas faliram no terreno da teoria e da atuação política prática. Isto era inevitável, uma vez que abandonaram a concepção e o método científico de Marx, Engels e Lênin — o materialismo dialético e histórico. Cairam, desta maneira, no subjetivismo, que é também a fonte cognoscitiva do dogmatismo. Dogmáticos e revisionistas, embora se combatam, possuem, do ponto de vista teórico, um traço comum, que é o subjetivismo. Uns e outros são antimarxistas e, por isto, muitas vezes, se alimentam mutuamente.

O revisionismo tem sua base social, segundo mostrou Lênin, nas camadas pequenoburguesas lançadas às fileiras do proletariado e que fazem irromper, no seio deste último, o espírito pequenoburguês. Isto é inevitável sob as condições do capitalismo e deve ser motivo de vigilância ideológica para os lutadores de vanguarda do proletariado. (Ver Lênin, «Marxismo e Revisionismo»).

O perigo especial do revisionismo consiste em que ataca os próprios fundamentos teóricos, políticos e organizativos do Partido. Daí a necessidade da luta contra essa tendência ideológica pequenoburguesa. Mas ao lutar contra o revisionismo, sobretudo no que se refere ao nosso Partido, é necessário ter o cuidado de não o fazer apegando-se a posições dogmáticas e sectárias, que acabam alimentando ao próprio revisionismo. A luta ideológica em nosso Partido deve ser simultaneamente conduzida em duas frentes, contra o dogmatismo e o revisionismo. Ao combater o revisionismo, não basta reafirmar os princípios marxistas-leninistas. É preciso ir além, «suprimir todo dogmatismo, toda separação da teoria da prática, abrir à mente às novas realidades e saber valorizar todas as opiniões, venham de onde vierem».

É esta a recomendação que nos faz o camarada Prestes, no seu informe à última reunião plenária do Comitê Central.

DECLARAÇÃO DA O.B. DE ITAPÉ (BAHIA)

Recebemos, com pedido de publicação, um documento da O.B. de Itapé (Itabuna, Bahia), a propósito da tentativa de cisão nas fileiras do PCB, promovida por elementos ligados a Agildo Barata, recentemente expulso do Partido.

Declara o documento que a O.B. de Itapé foi atingida pela ação desagregadora do assistente do C.Z. que abusando da confiança de que gozava no organismo, conseguiu envolver quatro militantes velhos e conhecidos. Utilizou-se de seus nomes e deu publicidade na imprensa burguesa de um documento faccioso e antipartidário. Dias depois, percebendo a cilada em que tinham caído, voltaram aqueles quatro militantes às fileiras do PCB.

... afirma apoiar o informe de Prestes e do Comitê Central e saúda as medidas nele indicadas. Considera justa e oportuna a expulsão do traidor Agildo Barata, bem como o esforço para ganhar os militantes equivocados, sendo necessária, porém, maior vigilância contra as atividades antipartidárias.

Apoio ao C.C. do P.C.B.

Recebemos com pedido de publicação, resoluções da O. B. Graciliano Ramos, de Rolândia (Paraná) da O. B. feminina de São Cristóvão (Rio), e de uma O. B. do C. Z., da Penha (Rio), em que aqueles organismos declaram apoiar as últimas resoluções do Comitê Central e manifestam seu apoio à expulsão do traidor Agildo Barata.

Leia
DA TEORIA
MARXISTA DO
CONHECIMENTO
De M. Rosental

Fortalecimento dos Laços de Amizade Brasileiro-Uruguaia

Telegrama de Prestes ao Comitê Executivo do Partido Comunista do Uruguai, ao encejo do 37.º aniversário do Partido dos trabalhadores uruguaios

Em relação com o transcurso do 37.º aniversário da fundação do Partido Comunista do Uruguai, Luis Carlos Prestes endereçou ao Comitê Executivo daquele Partido, o seguinte telegrama:

«Comitê Executivo do Partido Comunista do Uruguai. A Rodney Arismendi, Montevideu, Uruguai. Em nome dos comunistas brasileiros, envio calorosas saudações ao Partido Comunista do Uruguai pela passagem do seu 37.º aniversário. Associando-nos às comemorações da data de 20 de setembro, desejamos que se estreitem ainda mais os laços de solidariedade entre os partidos comunistas e os povos dos dois países. Nossos votos são para que o Partido irmão alcance novos êxitos na luta contra nosso inimigo comum — o imperialismo norte-americano — e em defesa das liberdades e pela emancipação do Uruguai.

(a) LUIS CARLOS PRESTES.

Inteiro Apoio às Resoluções do Comitê Central

ABREM O CAMINHO DA AUTOCRÍTICA E DA LIGAÇÃO DO PARTIDO COM AS MASSAS — DOCUMENTO DO C.B. DA MANTIQUEIRA

O CR do PCB da Mantiqueira aprovou, em sua última reunião plenária, uma resolução, cuja íntegra damos a seguir:

O Comitê Regional da Mantiqueira, reunido para discutir o informe do camarada Prestes, apresentado ao Comitê Central, do PCB «O trabalho de direção e a composição do Presidium e do Secretariado do CC do PCB» e a Resolução do Comitê Central sobre a atividade antipartidária de Agildo Barata, resolve adotar a seguinte resolução sobre estes importantes documentos:

1 — O movimento comunista mundial e particularmente o nosso Partido, foram obrigados, após o XX Congresso do PCUS, a examinar em profundidade o processo de aplicação da teoria marxista-leninista, em virtude de deformações, que se verificam em nossa atuação, oriundas dos efeitos negativos do culto à personalidade e que deram margem a uma interpretação dogmática da teoria, tirando-lhe seu caráter criador e revolucionário. Neste processo, pudemos constatar que a direção superior de nosso Partido, embora reconhecendo a necessidade de correção dos métodos sectários e mandonistas de trabalho, assim como a necessidade inadiável de ajustar a tática do Partido à realidade brasileira atual, mostrou-se incapaz de efetuar esta correção.

Com o Partido afastando-se dia a dia das massas, deixando de viver efetivamente os problemas candentes do movimento operário e patriótico do Brasil, voltando-se para dentro de si mesmo e adotando formas de organização e de luta, assim como palavras de ordem acima da compreensão das massas, tornou-se evidente a incapacidade de nossa direção e particularmente do Presidium do Comitê Central de conduzir o Partido pelos caminhos que o tornassem efetivamente um Partido solidamente ligado às massas.

Estas as razões fundamentais que levam o Comitê Regional da Mantiqueira a aprovar o Informe do camarada Prestes, assim como a decisão do CC de promover modificações no Presidium e no Secretariado, afastando desses Organismos os camaradas mais comprometidos com os métodos de ultracentralismo e mandonismo, e com os sucessivos erros e falta de clareza e objetividade na tática atual do Partido.

2 — O Comitê Regional da Mantiqueira decide por unanimidade aprovar a Resolução do Comitê Central sobre as atividades antipartidárias de Agildo Barata, excluindo-o do CC e expulsando-o dos quadros partidários. Considera o C. R., de primordial importância para o desenvolvimento da luta ideológica no Partido, o estudo da fundamentação teórica contida na Resolução, sobre as causas determinantes do surgimento das tendências revisionistas e oportunistas que constituem a base ideológica da atividade antipartidária de Agildo Barata e do pequeno grupo que o segue.

3 — O Comitê Regional da Mantiqueira conclama a todos os Organismos e militantes na Região a darem inteiro apoio às medidas tomadas pelo Comitê Central, confiando que a nossa direção saberá compreender os males que tem causado ao Partido o seu desajuste da realidade brasileira.

Estamos certos de que a força revolucionária da doutrina marxista-leninista, aliada à unidade de nossas fileiras, dará ao Partido as energias necessárias para prosseguir na luta em defesa da soberania nacional e pela emancipação de nossa Pátria e por dias melhores para a classe operária e para todo o povo brasileiro. Taubaté, setembro de 1957. O Comitê Regional da Mantiqueira do PCB.

Teoria e Prática

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA SOCIAL MAO-TSÉ-TUNG

Os marxistas consideram que somente a prática social dos homens pode ser o critério verdadeiro dos conhecimentos humanos relativos ao mundo que nos cerca. Tal é a natureza das coisas: somente no processo da prática social (no processo da produção material, da luta de classes, da experimentação científica), é que os conhecimentos humanos podem ser confirmados pela obtenção dos resultados que eles permitiram obter. Se os homens se esforçam por alcançar êxito em seu trabalho, isto é, por alcançar os resultados esperados, devem necessariamente colocar suas idéias em acordo com as leis do mundo objetivo que nos cerca, sem o que estarão condenados a sofrer uma derrota na prática. Após uma derrota, os homens extraem lições do próprio insucesso, modificam suas idéias e as põem em consonância com as leis do mundo que nos cerca, transformando assim a derrota em uma vitória: é justamente essa a verdade que se exprime ao dizer que a derrota é a mãe do êxito e cada derrota é um ensinamento.

A teoria do conhecimento do materialismo dialético coloca a prática em primeiro lugar, considerando que os conhecimentos dos homens não podem em nenhum grau ser separados da prática e lutando contra todas as teorias errôneas que negam a importância da prática e acenam a rutura entre os conhecimentos e a prática. Dizia Lênin: «A prática é superior ao conhecimento (teórico), porque ela tem não somente o mérito da generalidade, mas também o da realidade imediata. (Cadernos filosóficos, pág. 185 — ed. russa).

A filosofia marxista, e materialismo dialético, apresenta duas particularidades dominantes. A primeira é seu caráter de classe: ela reconhece abertamente que o materialismo dialético serve ao proletariado; a segunda, é sua prática: ela afirma que a teoria e a prática são interdependentes e também que a prática é a base da teoria, a qual, por sua vez, serve à prática. A verdade dos conhecimentos ou da teoria não é definida em função da natureza das sensações subjetivas, mas em função dos resultados da prática social objetiva. O critério da verdade não pode ser outro senão a prática social. O ponto de vista da prática deve ser o ponto de vista primeiro e fundamental da teoria do conhecimento do materialismo dialético. (Lênin — «Obras completas», tomo XIII, pág. 116)

(Da obra «Sobre a Prática»)

Greve dos Sapateiros Paulistas

EXIGEM OS GREVISTAS 45% DE AUMENTO SALARIAL, SEM QUALQUER TETO E A PARTIR DE JULHO — DESDE O PRIMEIRO DIA, PARALISADAS MAIS DE 90% DAS EMPRESAS DE CALÇADOS DA CAPITAL PAULISTA

Justamente revoltados com a intransigência dos patrões, lançaram-se à greve por aumento de salários os sapateiros da capital de São Paulo.

Depois de longos meses de espera, da realização das duas mesas-redondas no DRT nos últimos dias 19 e 20, não conseguiram os sapateiros, em resposta a seu pedido de 45% de aumento, mais que uma contra-proposta miserável dos industriais, que ofereciam 12% de aumento, com um teto de Cr\$ 800,00.

Diante disso, uma assembléa de milhares de trabalhadores decidiu, por aclamação, numa unanimidade impressionante cruzar os braços até a vitória final.

INICIAM OS SAPATEIROS A LUTA EM S. PAULO

Verifica-se atualmente na capital paulista, como no interior do Estado e através de todo o Brasil, um movimento intenso da classe operária pela obtenção de melhores salários, capazes de atenuar, por pouco que seja, os efeitos assustadores da carestia de vida crescente.

Já atinge a mais de uma dezena, o número de importantes corporações profissionais, agrupando algumas centenas de milhares de trabalhadores, que se lançam à luta por aumento salarial, decididos a vencer a intransigência dos patrões e a desmascarar as falsas afirmações do governo quanto a uma pretensa redução do custo de vida. São metalúrgicos, gráficos, bancários, têxteis, trabalhadores em transportes, além de muitos outros, que levantam suas reivindicações e se decidem a utilizar todas as formas de luta, até a greve, se a isto forem obrigados.

Foram os sapateiros a primeira corporação a usar o direito de greve na atual campanha que se desenvolve no grande Estado. Essa atitude recebeu apoio imediato, na própria assembléa que deflagrou o movimento, de inúmeras comissões de outras categorias profissionais: metalúrgicos, construção civil, gráficos, bem como do poderoso Pacto de Unidades Inter-sindical.

PARALISAÇÃO QUASE TOTAL NO PRIMEIRO DIA
Iniciada a zero hora do dia 21 do corrente, a greve atingiu no primeiro dia a 90% do total da indústria de calçados, num total de 21 mil operários, graças à ação dos piquetes que funcionaram junto às empresas desde as primeiras ho-

ras da manhã. No balanço feito pelo Comitê de Greve, na tarde do primeiro dia, previa-se a paralisação total da indústria até as últimas horas.

No segundo dia da greve, 500 empresas estavam paradas, enquanto os patrões tentavam desesperadamente mantê-las em funcionamento, lançando mão de ameaças e promessas de pagamento futuro. Nada disso, porém, conseguiu abalar a firmeza e a unidade dos trabalhadores. **AUMENTA A SOLIDARIEDADE E REFORÇA-SE O SINDICATO**

Além da solidariedade e do apoio que receberam dos demais trabalhadores, em luta também por aumento, os sapateiros paulistas contaram com demonstrações carinhosas de compreensão por parte da população.

Por mais de uma vez, saíram os grevistas à rua, apelando para a ajuda da massa popular. Em passeata concorrida, desfilaram pelas ruas do centro da cidade, tendo coletado, numa só vez, mais de cinco mil cruzeiros de donativos para o fundo de greve.

Vários comícios foram realizados durante o percurso da passeata, ocasião em que os grevistas apelavam para a solidariedade do povo.

Dezenas de faixas e cartazes, conduzidas pelos manifestantes, traziam inscritas as reivindicações: «aumento de 45%, sem teto e a partir de julho», «nossa luta é contra a carestia», «todos ao sindicato», «queremos dias melhores para nossas famílias».

Também dos sapateiros cariocas chegou a solidariedade aos grevistas, traduzida na quantidade de alguns milhares de cruzeiros, coletados entre os trabalhadores.

DECIDIDOS A LUTAR ATÉ A VITÓRIA FINAL

Em Assembléa que contou com a presença de milhares de trabalhadores, decidiram os sapateiros em greve manter-se firmes até a conquista dos 45% de aumento salarial, que pleiteiam.

Contam para isso com o apoio do Pacto de Unidade, organização que reúne mais de uma centena de sindicatos paulistas e que fala em nome de dezenas de sindicatos. Unidos e firmes, conquistarão certamente sua reivindicação.

Vitória dos Bancários Baianos

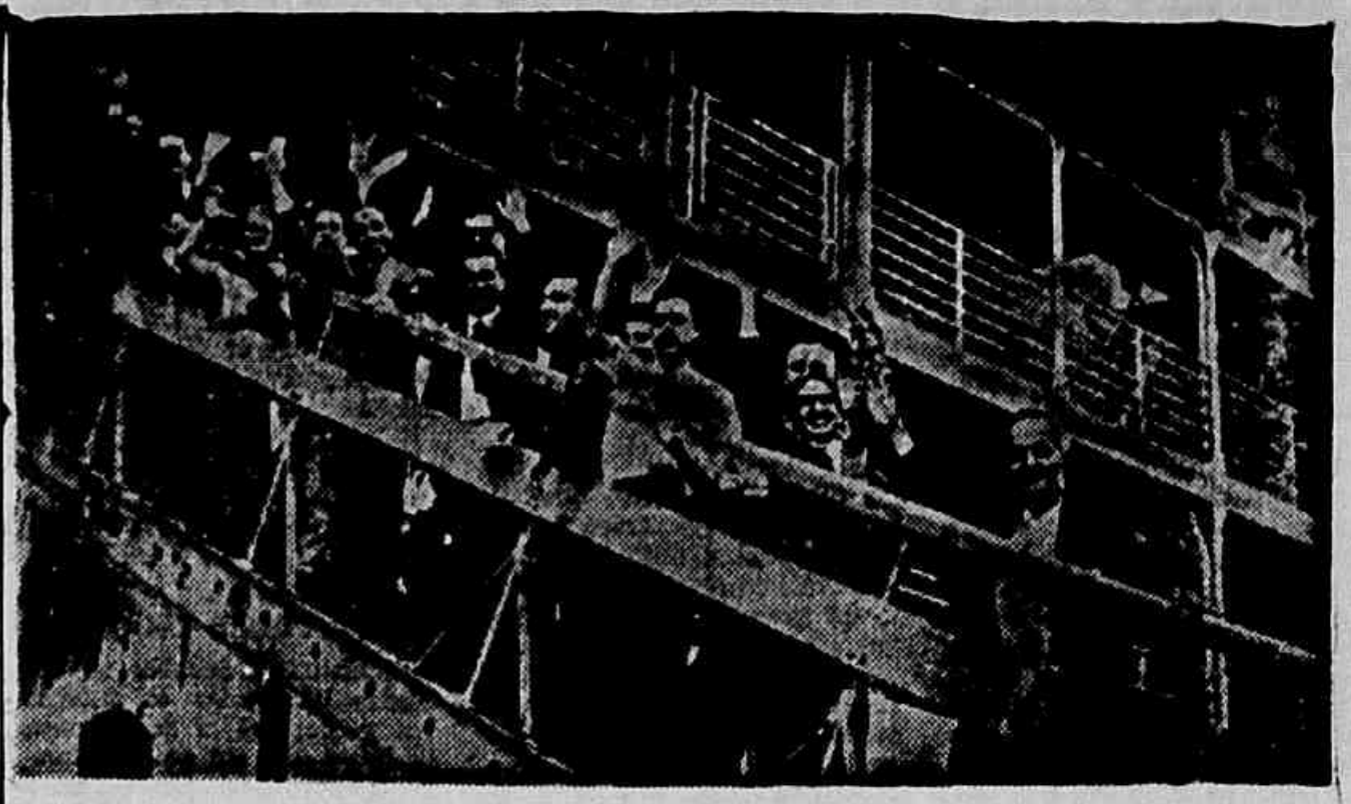
Conquistaram os bancários baianos, a exemplo do que já ocorreu com os do Distrito Federal, Ceará e outros Estados, o aumento salarial por que vem lutando há longos meses.

Segundo o acordo firmado, fica estabelecido que os salários dos empregados de bancos e casas bancárias baianas serão majoradas a partir de 1º de julho de 1957, na base de 30%. Os aumentos serão calculados sobre o valor dos salários mensais vigentes em abril de 1956.

O aumento mínimo será de 1.200 cruzeiros e o máximo de 3 mil, devendo ser compensados os aumentos espontâneos concedidos após abril de 1956.

O novo acordo firmado entre empregadores e bancários, na Bahia, deverá ter a duração de um ano, até 5 de setembro de 1958.

É mais uma vitória, portanto, na campanha salarial dos bancários brasileiros, que conseguiram, graças à sua firmeza e unidade, romper a intransigência patronal e conquistar melhores salários.



EMBARCOU A DELEGAÇÃO BRASILEIRA AO IV CONGRESSO SINDICAL

Entre as numerosas delegações de todos os países, que deverão participar do IV Congresso Sindical Mundial em Leipzig (Alemanha), estará uma expressiva delegação brasileira, integrada por representantes das mais importantes corporações profissionais. Líderes sindicais, dirigentes de federação e confederação, jornalistas participarão do IV Congresso, onde poderão debater os problemas mais palpitantes que hoje enfrentam os trabalhadores, em todas as partes do mundo.

No clichê, aspecto do embarque da delegação paulista, eleito em numerosas assembléas sindicais e reuniões de delegados.

Entrega de Títulos aos Posseiros e Punição Para os Massacradores...

Conclusão da 12ª página
isso tenham de recorrer às armas. Trata-se de defesa mais do que legítima.

O fenômeno do posseiro é inevitável no Brasil, enquanto existir em nosso país essa estrutura agrária, baseada no latifúndio, que faz com que as melhores terras cultiváveis estejam monopolizadas.

O posseiro é o camponês que, não mais suportando a vida nos latifúndios, se transporta para as terras devolutas do interior do país, constituindo aí sua gleba. É o que tem se verificado nas terras férteis do Paraná. Nestas condições, é o posseiro um elemento progressista, de vez que ele é um desbravador de terra, que organiza uma economia na base da pequena propriedade progressista. Por tanto nada mais justo do que a resistência oferecida pelos posseiros do Paraná aos grileiros, elementos parasitários

a serviço do latifúndio.

É tão evidente o direito dos posseiros, é tão flagrante o crime contra eles praticado, que mesmo jornais da grande imprensa tiveram de fazer a sua defesa, reconhecendo a necessidade de medidas iniciais de reforma agrária.

O problema dos posseiros é de possível solução. Basta que lhes seja garantida a posse da terra que ocupam, fornecendo-lhes o título legal. É isso o que querem os posseiros para se verem livres dos assaltos dos grileiros.

Está claro que esta é uma solução imediata, parcial. A solução definitiva para os problemas do campo só pode ser obtida através de uma reforma agrária radical com a liquidação do latifúndio e a garantia da posse da terra para todos que a trabalham. Mas, enquanto prosseguir a luta por essa reforma radical e como meio para atingi-la, é possível alcançar uma solução imediata para o problema dos posseiros.

POR UMA ATIVA SOLIDARIEDADE AOS POSSEIROS

Sem uma justa e imediata solução pesará sobre os milhares de posseiros do Paraná maior ameaça de serem vítimas de novos assaltos de grileiros, criando-se assim condições para novos conflitos.

É, pois, do interesse de todos os trabalhadores, de todos os democratas e patriotas, que seja assegurada aos lavradores do Paraná o direito à terra que eles desbravaram e cultivam. A eles deve ser

assegurado um clima de paz e segurança.

Para isso se faz necessário um amplo movimento de solidariedade aos posseiros. De todo o Brasil deve surgir a solidariedade moral e material aos posseiros do Paraná. Essa é uma das maneiras co-

mo se pode condenar o crime dos jagunços, deter as violências contra os posseiros, exigir a punição dos responsáveis pelo massacre de camponeses e impor uma justa solução para o conflito, ou seja, o direito de posse da terra aos que a trabalham.

A Petrobrás é Intocável...

Conclusão da pag. Central

O debate da questão do petróleo em todos os Estados do nosso vasto país, as prisões, os atentados, os comícios muitas vezes dissolvidos à bala, a participação da classe operária orientada pelo Partido Comunista, a contribuição de entusiasmo e audácia da mocidade estudantil, a firmeza dos patriotas civis e militares das mais diversas tendências, — tudo isso se transformou em força invencível contra a qual foram impotentes os imperialistas e seus agentes entreguistas.

Há ainda os que querem marcar prazo para os empreendimentos da Petrobrás. Sob a forma de luta contra o estatismo, os jornais, pagos pela Standard e pela embaixada lanque conduzem a atual campanha contra o monopólio estatal do petróleo.

Mas a Petrobrás já fornece 20% de óleo necessário ao consumo, até o fim do ano entregará ao parque refinador 40 mil barris diários, até 1960 refinará toda a gasolina e produzirá 36% de todo o petróleo a serem consumidos.

A luta pela Petrobrás despertou a consciência patriótica de milhões de brasileiros e abriu o largo caminho do atual movimento nacionalista de frente única. Ao completar o quarto aniversário, a sua defesa, contra as atuais investidas do entreguismo, está nas mãos poderosas do povo. Como afirmou em vibrante editorial a «Revista do Clube Militar», expressando a determinação inflável da oficialidade patriótica das nossas forças armadas:

«A PETROBRÁS É INTOCÁVEL!»

Vigilância dos Ferroviários Na Defesa dos Seus Direitos

CONSTITUÍDA A RFFSA, RECEBE LOGO FINANCIAMENTO DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

No dia 30 de setembro, foi finalmente constituída a Rede Ferroviária Federal, contra a opinião das grandes massas de trabalhadores de ferrovias e de ponderáveis setores da economia nacional. Deu assim o governo do sr. Kubitschek uma nova demonstração de que ainda não decidiu a atender às exigências que fazem hoje todas as camadas da população brasileira, de uma política que atenda aos interesses nacionais e populares.

Imediatamente após a solenidade, divulgavam os jornais que fora concedido o empréstimo de cem milhões de dólares pelo «Export and Import Bank, destinado, segundo alega o governo, ao reaparelhamento de nossas ferrovias. afirmava-se textualmente que

a realização desse empréstimo, que só poderá ser utilizado nos Estados Unidos, estava na dependência da organização da RFFSA.

Desde que a questão da fusão de nossas ferrovias foi colocada, passou a ser debatida nos sindicatos ferroviários de todo o país e constituiu um dos pontos centrais dos dois congressos realizados no corrente ano, no Rio e em Santa Maria (R.G. do Sul). Pesava sobre os trabalhadores a ameaça de serem anulados ou restringidos muitos dos direitos conquistados anteriormente, através de lutas árduas. Através de pronunciamentos unânimes daqueles dois congressos nacionais e de dezenas de assembleias, manifestaram-se os ferrovia-

ários contra a criação da Rede Federal.

Agora é indispensável reforçar a vigilância dos trabalhadores nas ferrovias — que atingem a algumas centenas de milhares — para impedir qualquer atentado aos seus direitos: aposentadoria, pensões, estabilidade, horário de trabalho, gratificações e descontos etc.

A União dos Ferroviários do Brasil, juntamente com as inúmeras outras organizações profissionais dos trabalhadores de nossas estradas de ferro, está disposta a liderar a luta pela manutenção e ampliação dos direitos dos ferroviários, em particular, seus movimentos por melhores salários e por melhores condições de trabalho.

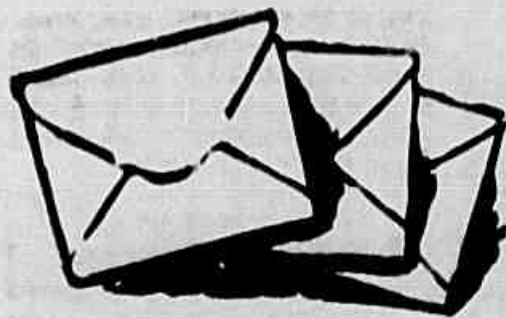
A TRAGÉDIA DE SACCO E VANZETTI
de Howard Fast
COL ROMANCES DO POVO

Conferência Sobre o 7 de Novembro em São Paulo

Realizou-se, em São Paulo, no dia 25 último, no Auditório da Biblioteca Municipal, uma Conferência do Escritor Astrogildo Pereira sobre o tema «As Revoluções no Brasil do 7 de Novembro de 1917».

A Conferência atraiu numerosa assistência, suscitando animados debates.

Foi proposta e aprovada pelos presentes ao ato a realização de outras conferências e solenidade públicas em comemoração ao 40º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.



Correspondência

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE (Do Correspondente) — A Vila Dona Teodora é uma das tantas vilas existentes na capital gaúcha, semelhantes às favelas cariocas, aos mocambos do Recife e os cortijos de São Paulo. A existência dessa Vila é uma amostra viva do descaço dos governadores pelos problemas do povo.

A Vila Dona Teodora tem nos 10 anos de existência e é uma das maiores de Porto Alegre, com uma população de cerca de 14 mil pessoas. Desde o surgimento dessa vila que os seus habitantes vem travando lutas por diversas das suas reivindicações, como sejam: água, alvarões das ruas, escolas, creches, luz, posto médico, etc. Algumas dessas reivindicações foram conquistadas. O que nos fez escrever esta nota, foi um fato ocorrido na Vila.

Comentava-se por toda parte que o prefeito desta capital, sr. Lionel Brizola, pretendia expulsar para longe da capital os moradores da Vila Dona Teodora, afim de acabar com a referida vila. Essa notícia causou indignação entre os moradores que começaram a exteriorizar o seu descontentamento.

A Associação Tiradentes de Reivindicações assumiu o comando do movimento, dando um caráter organizado aos protestos e assegurando a mais rápida vitória.

A diretoria da associação convidou o povo da Vila para um grande comício que foi realizado no dia 28 de agosto último. Para esse comício foram convidados vereadores e o prefeito. Este não compareceu pessoalmente mas se fez representar por intermédio do dr. Hugo Girafa, diretor do Departamento Municipal da Casa Popular. Após usar da

palavra o representante do prefeito, elementos que assistiam e comício passaram a fazer perguntas sobre as promessas eleitorais do sr. Brizola. Nas palavras do dr. Hugo Girafa ficou claro que o prefeito havia mudado de rumo na sua pretensão de despejar os habitantes da Vila.

Uma parte da Vila está situada em terrenos de herdeiros. Um dos moradores dessa parte da Vila perguntou ao representante do prefeito se eles seriam despejados. A resposta do sr. Hugo não foi concreta, mas disse que os proprietários já estavam exigindo a sua desocupação. Foi o presidente da Associação Tiradentes de Reivindicações que em aparte propôs que o referido terreno fosse desapropriado a bem da coletividade. O representante do prefeito fez questão de assegurar perante as 3.000 pessoas que assistiam o comício que ninguém tocaria em uma só casa da Vila, sem consulta prévia aos seus moradores.

O PREFEITO FOI A VILA

Três dias após esse comício, o próprio prefeito foi à Vila. Falando aos seus habitantes reafirmou tudo o que seu representante havia dito no comício e prometeu a desapropriar o terreno existente na Vila, bem como construir casas populares e atender outras reivindicações solicitadas pelos moradores.

Embora as coisas estejam ainda na fase de promessas, os moradores da Vila Dona Teodora verificam que estão mais próximos da vitória. Cabe agora prosseguir na luta pela sua concretização.

tificado com os anseios e interesses dos capixabas. **DOQUEIROS E ESTIVADORES RECLAMAM**

Os trabalhadores do Porto de Vitória atravessam, atualmente, uma situação das mais críticas. De um lado sofrem as consequências do baixo salário que percebem, agravadas pelos constantes dias sem trabalho, em que ficam no calce de braços cruzados; de outro lado sofrem com a corrida altista dos preços das utilidades, especialmente dos gêneros alimentícios. Todos esses problemas têm sido motivo para debate nas organizações dos portuários que se preparam para os grandes debates no I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo, a realizar-se no próximo mês neste capital.

MARANHAO

PROTESTOS DOS TRABALHADORES CONTRA A DISPENSA EM MASSA

SÃO LUIZ (Do Correspondente) — Na tarde do dia 11 de setembro próximo passado, todos os operários das fábricas de tecidos desta capital paralizaram suas atividades como protesto contra a onda de demissões em massa. Mais de 1.000 trabalhadores, tendo a frente os dirigen-

tes dos sindicatos dos tecelões e dos mestres e contra-mestres, se concentraram em frente ao Palácio do governo, onde foram recebidos pelo chefe do Executivo maranhense, a quem expuseram a sua situação.

O governo, depois de ouvi-los, se comprometeu a entender-se com os patrões e com J. K., afim de solucionar o problema.

GRILEIROS EM AÇÃO
No distrito de Tabocas do município de Axixá, o grilei-



ro Luiz Nunes quer se apoderar das terras do Departamento de Terra e Geografia, em mãos de lavradores. Possuindo registrados no Departamento de Terras apenas 180 braços de terra, Lu-

quer se apoderar de mais de 800 braços, ocupadas por lavradores autorizados pelo Departamento.

Para cometer as suas arbitrariedades contra os lavradores, Luiz Nunes utiliza elementos da polícia local. Não faz muito tempo que esse grileiro, junto com seu filho, Rosendo Nunes, depois de expulsarem da terra quatro lavradores, incendiaram suas casas.

Os trabalhadores agora ameaçados estão pedindo garantia às autoridades estaduais e do município de Rosário, para fazer cessar as violências contra eles movidas pelo grileiro e seus capangas.

PERNAMBUCO

QUEREM 20% DE AUMENTO

RECIFE (Do Correspondente) — Quase todas as corporações sindicais da capital pernambucana vêm empreendendo lutas por aumento de salários para seus associados. Entre elas, incorporou-se, agora, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Dóce, que vai pleitear um aumento salarial de 40 por cento.

80 POR CENTO QUEREM OS MARCENEIROS
Foi isto o que afirmou, recentemente, o presidente do órgão sindical, sr. Manoel Francisco.

Os trabalhadores marceneiros, tendo a frente seu órgão de classe o Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira, deram entrada, na Justiça do Trabalho, a um dissídio coletivo, no qual pedem uma majoração nos seus salários na base de 80 por cento para quem recebe ordenado de 2.700 a 5.000 cruzeiros e 60 por cento para quem ganha de 5.000 cruzeiros em diante.

30 POR CENTO CONQUISTARAM OS ENFERMEIROS

Depois de uma série de marchas e contramarchas, conquistaram os enfermeiros pernambucanos um aumento salarial de 20 por cento sobre os atuais salários que percebem. Com esta finalidade foi assinado entre patrões e empregados uma nova convenção de trabalho constante de 13 cláusulas, tendo 3 delas sido rejeitadas pelos representantes patronais. Contudo, dizem os enfermeiros, foi uma vitória da classe. **REIVINDICAM AUMENTO OS TRABALHADORES DE PONTEZINHA**

Os trabalhadores da fábrica de pólvora de Pontezinha, município do Cabo, deram entrada, na Justiça do Trabalho, a um dissídio coletivo, reivindicando um aumento de salário de 40 por cento.

DENÚNCIA CONTRA OS DONOS DA USINA OITEIRO EM CAMPOS

CAMPOS (Do Correspondente) — Os trabalhadores da usina Oiteiro, deste município, têm denunciado as manobras feitas pelos proprietários dessa empresa, no sentido de ludibriar o Instituto do Açúcar e do Alcool. A usina produz uma certa quantidade de açúcar fora do controle do I. A. A. e que é igualmente vendido sem o controle da quebra autarquia e do próprio Banco do Brasil.

Ao denunciarem tais fatos, os trabalhadores estão defendendo seus direitos, de vez que os senhores da usina Oiteiro com essa manobra lhes vêm causando prejuízos no que diz respeito à assistência social.

Entre os dias 15 e 17 de setembro, os operários decidiram não mais permitir esta exploração dos cofres públicos com reflexos negativos sobre os seus direitos, já por si tão minguados. Assim, se recusaram a efetuar o trabalho, no que foram apoiados pelo pessoal que trabalha no escritório.

Os trabalhadores fazem um apelo ao I. A. A., e ao Banco do Brasil para exercerem um maior controle sobre a produção da usina e ao mesmo tempo para que o I. A. A., obrigue aos usineiros a fazerem justa distribuição dos Cr\$ 2,00 por saco de açúcar e não utilizá-los em benefício da empresa.

Vitoriosos os Trabalhadores do Açúcar

Conquistaram finalmente o aumento salarial que vinham pleiteando, há vários meses, os trabalhadores do açúcar. Foi quebrada a resistência dos patrões, que pretendiam condicionar a concessão de melhores salários ao aumento do preço do produto.

Além de obter um aumento em seus salários, que varia entre 15 e 35%, conseguiram também os trabalhadores impedir que o preço do açúcar sofresse qualquer majoração.

Caberá ao Instituto do Açúcar e do Alcool fornecer o dinheiro necessário para fazer face ao aumento salarial. Este deverá abranger os empregados das Usinas Nacionais, Usinas Sergipe, Indústria e Comércio São Pedro, Refinaria Ramiro, Magalhães e Piedade, num total de 4.000 trabalhadores.

Continua, porém, a luta dos trabalhadores do açúcar do Estado do Rio e de São Paulo, cujo aumento deverá ser decidido na próxima semana.

Esp. SANTO

CONQUISTA DA DEMOCRATICA DO POVO DE VITORIA

VITÓRIA (Do Correspondente) — Tendo em vista o recente ato da Assembléia Legislativa Estadual que concedeu autonomia ao município de Vitória, o C. E. do Espírito Santo, do PCB, fez publicar uma conchamação na qual se congratula com o povo Capixaba por mais esta vitória democrática. Em linhas gerais, o documento mostra os prejuízos para o povo, o comércio e a indústria desta capital em virtude de ter a prefeitura estado sempre em mãos de prefeitos nomeados, cada qual procurando fazer do cargo um meio para melhorar suas posições políticas. «O cargo de prefeito — acrescenta a nota — era um instrumento na luta de grupos e partidos. A prefeitura de Vitória foi transformada num cabide de empregos e foco de transações ilícitas».

A conchamação termina por apelar para a unidade de todo o povo da capital, a fim de em 1958, colocar a frente da prefeitura, um administrador honesto, democrata e nacionalista, que esteja mais inden-

A BATALHA DA DIFUSÃO

No DF continua se acentuando a tendência de aumento da difusão. Do 433 para o 434 elevou-se de cerca de 10%, em virtude de um melhor controle dentro de um plano de trabalho realista. Agentes que se atrasavam no apanhar suas cotas começam a corrigir essa prática e já quem chega, na segunda-feira, pode acontecer ficar sem jornais. A edição esgotou-se rapidamente. Os agentes do Estado do Rio que são servidos no balcão continuam a melhorar: novo aumento de 10%. Os agentes tranviários também deram novo impulso e elevaram sua cota de cerca de 20%, com o restabelecimento de um agente.

Registramos que no interior, do mesmo modo, se verifica uma elevação do nível de difusão da VOZ OPERÁRIA. Agências recuperadas, aumentos significativos nas cotas, refletem o interesse que vai despertando nosso semanário, como resultado da dedicação e dos esforços dos nossos agentes do interior.

Já estamos expedindo as faturas de setembro, que devem ser conferidas e pagas até o fim do corrente mês.

messas dos brindes aos agentes que melhor atenderam aos seus compromissos financeiros com VOZ OPERÁRIA.

XXX

Restabelecidas as agências: Itapetininga, Planura e Campina Grande.

Reduzir as cotas de: Juiz de Fora (JB) 75%; Juiz de Fora (JHB) 25%; Vitória 17%.

Aumentos: Manaus 1.500%.
Pagamentos: Manaus, Salvador, Vitória, Aararaquara (2); Itapetininga, Corumbá, Planura, Santo Aleixo, Recife, Rio Claro, Santos, João Pessoa e Juiz de Fora.

as experiências que o nosso agente de Bauru mandou, interessantes e úteis e serão aproveitadas, por certo, por outros agentes do interior.

Estamos completando as re-

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	1,00
Aérea ou sob registro	despesas à parte
Preço ao R. G. Sol. São Catarina, Pa. road. Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	2,00
Goia e interior da Amazonas e Territ. rios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50

SUCURSALIS:

SÃO PAULO	— Rua dos Estudantes nº 84 s/ 28. 2º and. — Tel. 37-4983.
PORTO ALEGRE	— Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43.
RECIFE	— Rua Floriano Peixoto nº 85 — 3º and. —
PORTALEZA	— Rua Barão do Rio Branco, nº 1.248 — s/ 326.
JOÃO PESSOA	— Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.

Única solução para o conflito no Paraná

Entrega de títulos aos posseiros e punição para os massacradores

Jagunços a serviço de companhias imobiliárias atacam os lavradores para grilarem as suas posses — Defendem os posseiros as terras que desbravaram e sua própria vida — Responsável o governador Lupion pelo conflito — Assalto das companhias imobiliárias contra o patrimônio da nação — Por uma ativa solidariedade aos posseiros do Paraná

NESTA última semana, a opinião pública nacional foi abalada pelos graves acontecimentos do oeste do Paraná. Ali, como na época da colonização, quando os índios eram massacrados e suas terras assaltadas, bandos de jagunços e policiais, a serviço de grileiros, assaltam e assassinam em massa os posseiros, para se apoderarem das terras em que eles trabalham.

Por mais estranho que pareça, a verdade é que esse crime é cometido pelo próprio governador do Estado do Paraná, sr. Moisés Lupion, através da «Clevelândia, Territorial, Industrial Ltda.» (CITLA), da qual é um dos principais sócios. O sr. Lupion, na sua ação criminoso contra milhares de modestos trabalhadores, conta com a conivência de juizes, promotores, escrivães, etc., espalhados por toda aquela região.

ALGUNS ANTECEDENTES DOS ACONTECIMENTOS

Os conflitos entre posseiros e grileiros nos campos brasileiros não são um fato novo. Eles sempre existiram e existirão enquanto não for mudada a estrutura do regime agrário em nosso país. Há momentos em que esses conflitos se tornam graves em virtude da própria ação dos grileiros para se apoderar das terras ocupadas pelos lavradores. Ainda estão na memória de todos os acontecimentos de Porecatu, no norte do Paraná; Ganapolis, no Triângulo; e mais recentemente em Formoso, no Estado de Goiás. No oeste e norte do Paraná, onde há grande número de posseiros, os conflitos entre estes e os grileiros são um fato constante. Esses choques têm, em maior ou menor escala, ocorrido em Cascavél, Paraná do Oeste, Cruzeiro do Oeste, Paranaval, Campo Mourão, Goerê e um sem-número de municípios onde os posseiros estão sempre sob a ameaça de saltos por parte dos grileiros.

Todavia, nunca houve uma ação de grilagem na qual a participação do governo fosse tão aberta, como tem ocor-

ASSALTO AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Ao mesmo tempo o processo tramitava pelo Congresso Nacional, a União promovia ações judiciais contra a CITLA, procurando anular a escritura que concedeu as terras em pagamento e o cancelamento do Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia, feita de modo fraudulento no período, anterior ao atual, do governo do mesmo sr. Lupion.

Como se vê, o que a CITLA está realizando no oeste paranaense, não é apenas um crime, uma barbárie contra os lavradores, mas um inqualificável assalto ao patrimônio nacional. Essa companhia não é proprietária daquelas terras, de vez que não possui a mesma título de propriedade. Sendo aquelas terras do Domínio da União, não podem ser alienadas sem a prévia autorização do Senado da República.

Além disso, as companhias colonizadoras, tanto a CITLA como as demais imobiliárias a quem ela vendeu terras, são ilegais, por que não estão registradas no Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) conforme declarou o presidente deste órgão federal. Em toda a zona do sudoeste e norte do Paraná atuam mais de duas dezenas de companhias imobiliárias, todas elas ligadas à CITLA, sem qualquer legalidade.

Diante disso, não podemos fugir à conclusão de que no oeste e norte do Paraná, sob os auspícios do Sr. Moisés Lupion, se formou um bando de saltadores para roubar a nação e massacrar os lavrado-

res, contando com a proteção da polícia, juizes, escrivães, promotores e políticos ligados ao sr. Lupion. Este bando tem a seu serviço grupos de jagunços armados cujo trabalho é o assassinato de posseiros.

Ciente da decisão do Tribunal de Contas, contrária à transação que lhe entregou as terras, a CITLA está impondo aos lavradores, sob toda espécie de coação, a compra das terras em litígio, nos municípios de Santo Antônio, Capanema, Francisco Galvão e outros. Os posseiros não querem comprá-las, por saberem que elas são patrimônio da nação e, nessas condições, as transações do grupo Lupion não têm nenhuma consistência jurídica. A recusa dos posseiros em assinar qualquer contrato de compra e venda levou a que contra eles se desencadeassem as violências dos grileiros.

Os crimes cometidos pelas imobiliárias se tornaram mais frequentes, quando nos jornais do Paraná foi publicado o edital do Conselho de Segurança Nacional, assinado pelo general Nelson de Melo, tornando ciente que a CITLA e demais companhias não podiam negociar as terras litigiosas.

Sabedores disso, os lavradores se tornaram mais fortes para defenderem suas posses.

OS POSSEIROS SE DEFENDEM DA AGRESSÃO

Criou-se assim, em todo o oeste do Paraná, uma situação de terror, de onde foram abolidos todo o respeito às leis e aos princípios humanos. Os posseiros foram colocados diante do dilema: defenderem com unhas e dentes seu pedaço de terra, que desbravaram e regam com o seu suor, ou tudo perderem, inclusive suas vidas. Com disposição de não entregar suas posses, os lavradores enfrentaram como puderam os jagunços das imobiliárias. Instrumentos de trabalho, rifles, revólveres, tudo foi utilizado na justa resistência aos grileiros.

Em sua reação, os posseiros ocuparam a cidade de Capanema, ocuparam e incendiaram o escritório da CITLA e ocuparam e obstruíram o aeródromo da companhia, localizado a 78 quilômetros de Santo Antônio.

POSSÍVEL RESOLVER O PROBLEMA DOS POSSEIROS

A luta dos posseiros é justa. Desprotegidos dos poderes

públicos, ninguém pode lhes negar o direito de defender seus bens, suas famílias e até a sua vida, mesmo que para

(CONCLUI NA PAG. 9)



Um grupo de posseiros tendo nas mãos as armas com que vem defendendo o direito de possuir a terra em que trabalham.

Violência Contra Foreiros em Pernambuco

Os senhores da Usina Nossa Senhora do Carmo estabelecem o terror em terras localizadas no Município de Vitória de Santo Antão — Choques entre capangas e lavradores — Morte de dois capangas e um lavrador

Graves ocorrências se verificaram sábado último no município de Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco, na qual perderam a vida o lavrador José Flôr e dois capangas da Usina Nossa Senhora do Carmo.

Há anos viviam nas terras do Engenho Prata, naquele município, dezenas de famílias, que se ocupavam do cultivo de verduras e legumes, pagando normalmente o foro exigido pela proprietária da terra, Joaquina Bezerra Marques. Eis que, há cerca de um ano, a usina Nossa Senhora do Carmo comprou aquelas terras, como aliás vem fazendo com muitas outras propriedades naquele município. Desde então, uma onda de perseguições teve início, para expulsar das terras os lavradores.

Além de se negarem a pagar qualquer benfeitoria aos lavradores, os senhores da Usina N. S. do Carmo exigiram que estes abandonassem as terras dentro de 6 meses, o que era impossível sem que os lavradores abandonassem a sua roça.

Esgotado o prazo por eles estabelecido, os donos da usina intensificaram a sua pressão contra os camponeses, obrigando mesmo alguns deles a fugirem da terra. Outros, certos de que tinham direito a mais algum tempo, até que efetuassem suas colheitas, ficaram na terra, sem se deixarem atemorizar pela pressão do usineiro.

Sábado último, depois de se embriagarem, dois capangas da Usina se dirigiram à casa do lavrador José Flôr. Ali chegando, tentaram despejá-lo à força. Ao tentar entrar na casa do lavrador, um dos capangas foi morto e o outro fugiu para não morrer. No conflito, perdeu a vida o lavrador José Flôr, ficando ferido à bala um dos seus filhos menores.

A notícia da ocorrência espalhou-se imediatamente, levando a indignação aos lavradores das adjacências, vitimas também, da prepotência dos latifundiários da usina N. S. do Carmo. Algumas horas depois, novas ocorrências se verificavam em terras do engenho Vila Granito, entre capangas da usina e lavradores foreiros, perdendo a vida mais um capanga e fugindo outros.

Desarmados, sem nenhuma proteção, os foreiros abandonaram as terras e desapareceram com suas famílias, para não serem assassinados.

Como se vê, não só no Paraná, mas também em Pernambuco, as violências dos latifundiários contra os



Grupo de soldados do Regimento Militar do Paraná quando se dirigiu em direção a Santo Antônio.